

# Recomendações para a participação das mulheres em processos de mediação e construção de paz

Documento da Rede  
Ibero-americana de Mulheres  
Mediadoras (RIMM)



Secretaría General  
Iberoamericana

Secretaria-Geral  
Ibero-Americana

Recomendações para a participação das mulheres em processos de mediação e construção de paz. Documento da rede ibero-americana de mulheres mediadoras (RIMM)



**Com o apoio da:**

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento



**Janeiro 2026**

**Autoria do Relatório:**

Laura Elena Romero López, Gerardo Rodríguez Sánchez Lara, Ana Cristina Aguirre Calleja, María Covarrubias Fosado & Marcelino Trujillo Contreras (Universidade das Américas Puebla).

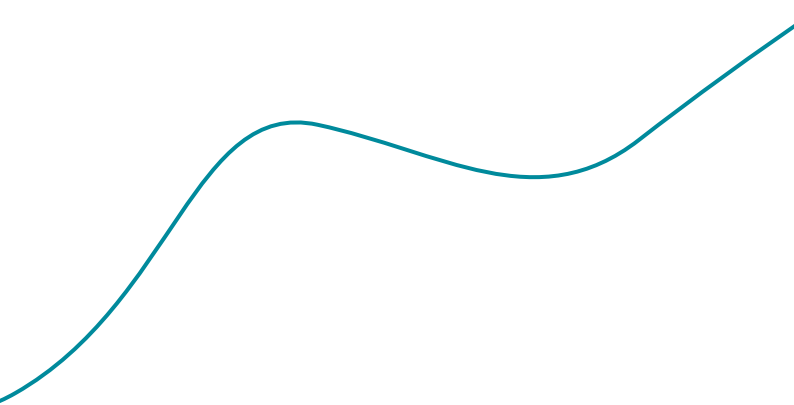
**Revisão e colaboração:**

Rede Ibero-americana de Mulheres Mediadoras (RIMM) e  
Divisão de Gênero da Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB).

**Coordenação:**

Direção de Assuntos Jurídicos e Institucionais da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)





# Recomendações para a participação das mulheres em processos de mediação e construção de paz

Documento da Rede  
Ibero-americana de Mulheres  
Mediadoras (RIMM)



# Conteúdo

---

1. <b>Resumo executivo</b>	06
2. <b>Prólogo</b>	10
3. <b>Apresentação</b>	14
4. <b>Introdução</b>	18
5. <b>Antecedentes</b>	22
1. Relevância da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da ONU	24
2. <b>Metodologia</b>	30
3. <b>Descobertas e achados</b>	34
<b>I. Barreiras na mediação e a construção de paz</b>	36
2. Exclusão estrutural	37
3. Discriminação Interseccional	39
4. Instituições fracas e estruturas patriarcais	40
5. Falta de institucionalização do papel de mediadora	42
6. Estereótipos de gênero persistentes	44
<b>II. Impacto psicossocial nas mediadoras e nas construtoras de paz</b>	46
3. Estresse e desgaste emocional crônicos	47
4. Estigmatização e criminalização	48
5. Ausência de redes institucionais de cuidados	49
6. Sobrecarga de papéis	50
<b>III. Estratégias de sucesso de mediação e construção de paz</b>	52
4. Escuta ativa e construção de confiança	53
5. Promoção de diálogos improváveis	54
6. Enfoque humanista e de territorialidade	55
7. Alianças com movimentos sociais, redes feministas e organizações de base	56
8. Adaptação institucional e diplomática	57
9. Uso de ferramentas internacionais	58

<b>IV. Participação das mulheres e assimetrias de poder</b>	<b>59</b>
5. Sub-representação e participação simbólica	61
6. Teto de vidro institucional	61
7. Falta de reconhecimento formal	62
8. Espaços ganhos por mérito individual frente à ausência de mecanismos estruturais	63
<b>V. Recomendações e propostas de melhora</b>	<b>64</b>
<b>F. Nível institucional</b>	<b>65</b>
7. Institucionalizar a mediação e construção de paz com enfoque interseccional	65
8. Estabelecer mecanismos que possam ir mais além de cotas vinculantes	66
9. Criar sistemas de mapeamento e credenciamento de mulheres mediadoras e mulheres construtoras de paz a nível local, nacional e regional	67
10. Impulsionar marcos normativos que reconheçam a mediação a construção de paz não tradicional e comunitária	xx
11. Reconhecer o trabalho de mediação e construção de paz em diplomacia e estruturas estatais como parte integral da construção de paz	69
12. Integrar um enfoque interseccional e intercultural nos processos de mediação e de construção de paz	69
<b>B. B. Nível operativo</b>	<b>70</b>
3. Fortalecer redes como a RIMM	70
4. Formar mulheres em negociação, habilidades brandas, gestão pública e diplomacia	71
5. Garantir protocolos de cuidado psicossocial e segurança para mediadoras e construtoras de paz expostas a contextos de violência ou estigmatização	72
6. Promover espaços de diálogo intergeracional e regional para conectar lideranças históricas com novas gerações	73
7. Visibilizar o trabalho das mediadoras e das construtoras de paz em todos os níveis e garantir sua inclusão em papéis de tomada de decisões	74
8. Impulsionar a presença de mulheres mediadoras em espaços-chave de segurança e articular suas colaborações a estratégias institucionais	75
<b>VI. O panorama regional</b>	<b>76</b>
7. <b>Conclusões</b>	<b>82</b>
8. <b>Glossário</b>	<b>86</b>
9. <b>Diretório da presidência da RIMM</b>	<b>90</b>
10. <b>Semelhanças especialistas</b>	<b>94</b>





1.

# Resumo





O presente documento constitui um estudo de caráter acadêmico, elaborado a partir de entrevistas com mulheres mediadoras e especialistas. Não representa necessariamente a postura oficial da Rede Ibero-Americana de Mulheres Mediadoras (RIMM), de seus Estados Membros nem das instituições que a integram. **Seu propósito principal é oferecer um diagnóstico e gerar recomendações orientativas**, mais do que propor ações políticas vinculantes.

Reconhece que a participação das mulheres em contextos de conflitividades, que se refere a conflitos que se concentram em fatores socioeconômicos, político-institucionais e culturais, envolve movimentos e organizações tradicionais (sindicatos, organizações camponesas, trabalhadores informais, movimentos políticos etc.) e novos atores sociais, que em ocasiões mostram uma forte implantação territorial (por exemplo, povos indígenas, trabalhadores precarizados ou informais, mulheres, jovens, grupos ecologistas, organizações não governamentais etc.). Esses contextos geram obstáculos específicos para seu trabalho como mediadoras e construtoras de paz.

A partir das **experiências compartilhadas por 14 integrantes do Comitê de Mulheres Especialistas da Rede Ibero-Americana de Mulheres Mediadoras (RIMM)**, identificou-se uma série de achados que permitem compreender as condições nas quais as mulheres exercem tarefas de mediação. Esses achados constituem a base para uma série de recomendações orientadas a melhorar sua participação e sua efetividade em contextos de conflito. Entre os principais achados, destacam-se os seguintes:

- **Exclusão estrutural e interseccional das mulheres.** As mulheres mediadoras enfrentam múltiplas barreiras associadas à discriminação por gênero, origem étnica e pertencimento territorial, entre outros fatores, o que restringe seu acesso a espaços de poder e reduz sua visibilidade dentro dos processos de paz.
- **Participação sem poder efetivo.** Embora as mulheres estejam presentes em processos de mediação, sua participação costuma ser vista como simbólica ou simplesmente decorativa, sem capacidade real de influenciar a tomada de decisões nem o conteúdo dos acordos.
- **Falta de institucionalização da mediação.** Em certos contextos, a mediação não conta com reconhecimento normativo nem com estruturas estáveis que permitam articulá-la com políticas públicas. Isso enfraquece sua legitimidade e sustentabilidade, especialmente quando é exercida por mulheres.
- **Invisibilidade de lideranças comunitárias de mulheres.** As mediadoras comunitárias ficam fora dos registros formais, dos processos de acreditação ou das convocações institucionais, apesar de sua importante participação na transformação de contextos de conflito.
- **Impacto psicossocial não atendido.** As mediadoras enfrentam altos níveis de desgaste emocional, estresse e desproteção, sem acesso a mecanismos de acompanhamento, autocuidado ou apoio institucional, o que compromete a sustentabilidade de seu trabalho.
- **Lacuna entre experiência e reconhecimento.** Muitas mulheres com ampla trajetória em mediação não são convocadas nem consideradas como especialistas, devido a vieses institucionais que priorizam credenciais formais em detrimento de saberes situados ou comunitários.
- **Redes de mulheres como estrutura de contenção e ação.** As redes entre mulheres, organizações e movimentos funcionam como espaços de legitimação, aprendizagem coletiva e apoio emocional, operando de maneira paralela às estruturas institucionais.

- **Propostas concretas de transformação estrutural.** As mediadoras propõem mudanças que vão além de cotas vinculantes. Propõem-se sistemas de identificação de especialistas, reconhecimento formal da mediação comunitária e transversalização da abordagem de interseccionalidade e gênero em todas as fases do processo de paz.

Este relatório constitui uma ferramenta para repensar a arquitetura institucional da paz a partir de uma perspectiva interseccional e de gênero. As vozes e experiências aqui reunidas aportam perspectivas fundamentais para avançar rumo a uma participação mais substantiva, democrática e efetiva das mulheres em todos os níveis do diálogo, da construção de acordos e da sustentabilidade da paz.

**A partir das experiências compartilhadas por 14 integrantes do RIMM, identificou-se uma série de achados que permitem compreender as condições nas quais as mulheres exercem tarefas de mediação.**



The background is a solid teal color with a subtle gradient. It features several abstract white line drawings. One prominent line starts from the top left, curves across the top, loops down to enclose the number '2.', and then continues to the right. Another line starts from the bottom left, curves across the bottom, and loops up to enclose the word 'Prólogo'.

2.

# Prólogo

No ano 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas deu um passo decisivo ao adotar a Resolução 1325. Com ela, o mundo começou a olhar com novos olhos o papel das mulheres na prevenção e mediação dos conflitos armados e na construção da paz. Essa resolução marcou o início da Agenda de Mulheres, Paz e Segurança ao incorporar uma abordagem de gênero na proteção das mulheres e meninas em conflitos armados, ao reconhecer sua voz e liderança, e ao instar os Estados a aumentar a representação das mulheres em todos os níveis de decisão relativos à temática.

Nestes 25 anos, desde diversos espaços, reconheceu-se o valor inegável das mulheres nos processos de paz e suas contribuições a partir de enfoques interseccionais. Além disso, numerosos estudos demonstraram que a participação de mulheres está associada a uma paz sustentável e a maiores taxas de cumprimento das disposições dos acordos. No entanto, continuam estando ausentes ou sub-representadas em muitos processos-chave.

Essa exclusão responde a estruturas históricas que perpetuam desigualdades e geram obstáculos para a participação plena, igualitária e significativa das mulheres em todos os âmbitos da sociedade. Mesmo quando mediam durante anos, proveram

**Falar de mulheres e mediação é falar da paz sustentável e da importância das políticas transformadoras de gênero que atendam às causas profundas e sistêmicas da desigualdade e dos conflitos.**

ajuda humanitária e protegeram a população civil em contextos de conflito, sua experiência raramente é reconhecida ou incorporada às políticas públicas.

**Para contribuir para reverter essa situação, desde a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) apoiamos a realização do presente relatório** no marco da *Rede Ibero-Americana de Mulheres Mediadoras* (RIMM). Essa Rede, criada em 2023 por iniciativa do México e inscrita no Registro de Redes Ibero-Americanas, conecta experiências locais com o plano internacional e aporta um olhar ibero-americano a um movimento global que reivindica as mulheres não como vítimas passivas dos conflitos, mas como protagonistas-chave na construção de soluções.

Desde sua criação, a Rede cresceu com força e hoje é integrada por onze países, com pontos focais oficiais e um Comitê de Mulheres Especialistas formado por lideranças de diferentes setores — diplomatas, acadêmicas, ativistas, funcionárias, mediadoras comunitárias — que trabalham em contextos muito diversos: desde os diálogos de paz com o Exército de Libertação Nacional na Colômbia, até a defesa dos direitos das mulheres indígenas na Bolívia; desde os aportes jurídicos na República Dominicana até a mediação comunitária na Guatemala. São mulheres que, com sua prática, transformam a realidade e cuja presença nesta Rede é uma garantia de legitimidade, saber e ação.

O valor da Rede fica refletido nos resultados deste documento, que tem uma dupla função: valorizar a experiência e os conhecimentos das mulheres que trabalham em situações de conflito e na construção da paz e, por outro lado, reunir recomendações elaboradas com base nas melhores práticas das mulheres mediadoras com o objetivo de incidir em políticas públicas, fortalecer instituições e propor modelos de cooperação mais equitativos e sustentáveis.

Este relatório é, portanto, uma ferramenta política e técnica para fortalecer a arquitetura institucional da paz na Ibero-América e aspira a converter-se em um insumo-chave para avançar na incorporação e visibilidade das mulheres nos processos de mediação e consolidação da paz.

Hoje mais do que nunca, em um contexto internacional complexo marcado por conflitos armados, desafios à ação humanitária, enfraquecimento dos direitos humanos, crise climática e a prevalência da feminização da pobreza, **falar de mulheres e mediação é falar da paz sustentável e da importância das políticas transformadoras de gênero que atendam às causas profundas e sistêmicas da desigualdade e dos conflitos.**

A SEGIB reconhece as mulheres como agentes centrais para a construção de sociedades mais justas, pacíficas e inclusivas. **Avançar na**

participação efetiva das mulheres na prevenção e mediação de conflitos é avançar na proteção dos direitos das mulheres e meninas em tempos de paz, é avançar na erradicação da violência de gênero e é empoderar as mulheres e meninas para construir sociedades mais resilientes, prósperas e seguras. A SEGIB reconhece com profunda admiração o trabalho de todas as mulheres mediadoras que contribuíram para as práticas, experiências e recomendações contidas neste relatório e reitera seu compromisso e acompanhamento nesses esforços.

### **Lorena Larios**

*Secretária para a Cooperação Ibero-Americana  
Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)*





3.

# Apresentação



O presente documento tem como objetivo contribuir para a compreensão e a implementação da agenda de paz com enfoque de gênero. Por meio de seu conteúdo, o público leitor conhecerá as múltiplas formas pelas quais as integrantes do Comitê de Mulheres Especialistas da Rede Ibero-americana de Mulheres Mediadoras (RIMM ou Rede) sustentam, imaginam e reconstróem a paz.

Retomam-se reflexões que têm origem na experiência, contribuindo para a geração e o registro de conhecimento sobre como se dá a participação das mulheres na construção da paz. Como finalidade última, apresentam-se recomendações sobre o papel das mulheres na construção da paz e as ações identificadas como necessárias para favorecer sua participação na prevenção de conflitos, na mediação e na manutenção da paz na região ibero-americana. As recomendações incorporam enfoques territoriais, étnicos e interculturais, evitando a padronização das vivências e reconhecendo a diversidade dos contextos nacionais.

Embora o documento tenha sido elaborado com base nas entrevistas realizadas com quatorze integrantes do Comitê de Mulheres Especialistas da RIMM, seu conteúdo foi enriquecido por meio da retroalimentação e do diálogo franco realizados durante a Segunda Reunião Presencial da RIMM (Zapopan, Jalisco, México, de 26 a 28 de maio de 2025), na qual puderam reunir-se, pela primeira vez, os Pontos Focais dos países integrantes da Rede e o seu Comitê de Mulheres Especialistas.

Para o Governo do México, em sua qualidade de Presidência Pro Tempore da RIMM, a elaboração deste documento contribuiu para fortalecer o vínculo entre especialistas e representantes governamentais, ao promover uma maior comunicação e coordenação entre si, o que fortaleceu a identidade, a coesão e a institucionalidade da própria Rede.

A diversidade dos perfis das integrantes do Comitê de Mulheres Especialistas permite que a RIMM se constitua como uma plataforma de articulação e validação, na qual são compartilhadas boas práticas e são construídas alianças entre mulheres e organizações de mulheres na região.

Por fim, mas não menos importante, o documento busca contribuir para a construção de um marco de referência que alimente os trabalhos das redes locais e de outras redes regionais de mulheres mediadoras, bem como dar visibilidade à liderança cotidiana das mulheres nos diversos âmbitos da mediação e da construção da paz.

O México agradece à Secretaria de Cooperação da Secretaria-Geral Ibero-Americana pelo apoio financeiro e pelo acompanhamento prestado para a elaboração deste documento. Da mesma forma, o México reconhece o árduo trabalho da Universidade das Américas Puebla na realização das entrevistas com as integrantes do Comitê de Mulheres Especialistas da RIMM, assim como na análise para a identificação das recomendações.

No marco do 25º aniversário da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mulheres, Paz e Segurança, e diante dos retrocessos em matéria de gênero, o México continuará trabalhando para que a RIMM seja uma plataforma ativa, articulada e visível, capaz de incidir nos processos de paz a partir de uma perspectiva transformadora, feminista e interinstitucional. Temos a convicção de que o conhecimento e a experiência das mulheres da Ibero-América podem ser úteis e servir de referência para outras regiões.

**Enrique Ochoa Martínez**

*Subsecretário para Assuntos  
Multilaterais e Direitos Humanos  
Secretaria de Relações Exteriores*

**Viridiana Lorelei Hernández Rivera**

*Subsecretária do Direito a uma  
Vida Livre de Violências  
Subsecretaria da Igualdade Substantiva  
Coordenadora-Geral de Articulação  
e Acompanhamento  
Secretaria das Mulheres*



The background is a solid teal color with a subtle gradient. There are several white, abstract, flowing lines that create a sense of movement and depth. One line starts from the top left, curves across the top, and then loops back down. Another line starts from the bottom left, curves across the bottom, and then loops back up. A third line starts from the right side, loops back, and then curves down. The number '4.' is centered within a small, teardrop-shaped white outline.

4.

# Introdução

Em um contexto global marcado pela crescente complexidade dos conflitos e pela necessidade urgente de soluções sustentáveis, a participação efetiva das mulheres na consolidação da paz deixou de ser um imperativo ético para converter-se em uma condição estratégica.

A Rede Ibero-Americana de Mulheres Mediadoras (RIMM), impulsionada pela Secretaria de Relações Exteriores (SRE) e pela Secretaria das Mulheres do México, com o respaldo da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), constitui uma iniciativa pioneira orientada a transformar as dinâmicas tradicionais da mediação na região, integrando uma perspectiva de gênero e interseccionalidade.

Desde sua criação em 2023, a RIMM articulou esforços intergovernamentais e multilaterais para visibilizar, fortalecer e respaldar o trabalho de mulheres especialistas em mediação, reconhecendo seu papel como protagonistas fundamentais nos processos de solução pacífica de controvérsias e na consolidação da paz.

O presente relatório é fruto de um processo de pesquisa colaborativa e de sistematização regional que responde ao compromisso dessas instituições convocantes com a agenda Mulheres, Paz e Segurança das Nações Unidas, particularmente com os objetivos e princípios estabelecidos na Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU). **Seu propósito é múltiplo: identificar as barreiras estruturais**

**A participação efetiva das mulheres na consolidação da paz deixou de ser um imperativo ético para converter-se em uma condição estratégica.**

**que enfrentam as mulheres mediadoras na Ibero-América, documentar estratégias bem-sucedidas, analisar o impacto psicossocial derivado do exercício de seu trabalho e formular recomendações para fortalecer sua participação substantiva nos processos de paz. Para além do diagnóstico, este relatório aspira incidir na formulação de políticas públicas, em mecanismos institucionais e em marcos de cooperação que reconheçam o papel das mulheres como sujeitas políticas e construtoras de paz.**

A Ibero-América é uma região diversa, com laços históricos complexos, marcada por desafios sociais e democráticos. Embora na maioria dos países não existam conflitos armados internos ativos, com exceção de casos específicos como o colombiano, persistem altos níveis de violência estrutural, disputas territoriais, criminalidade organizada e desigualdades que tensionam a coesão social.

A abordagem adotada neste relatório sustenta-se em uma metodologia qualitativa com perspectiva interseccional, que prioriza a recuperação de vozes, trajetórias e saberes situados. Ao incorporar entrevistas com mulheres mediadoras de diversas procedências territoriais, institucionais e socioculturais, assim como insumos de encontros presenciais organizados pela Rede, este documento visibiliza experiências frequentemente excluídas dos registros oficiais, outorgando centralidade àquelas que sustentam processos de mediação em condições adversas. Nesse sentido, **o relatório não apenas aporta evidência empírica, mas também constitui um exercício de reconhecimento político, ao posicionar as mulheres como produtoras de conhecimento e protagonistas de uma transformação profunda nos modos de fazer paz.**

Expressamos nosso profundo agradecimento e reconhecimento a cada uma das especialistas entrevistadas. Sua abertura, generosidade e honestidade ao compartilhar experiências

e aprendizados tornaram possível este documento. Desejamos que o relatório seja também uma oportunidade para olhar-se, reconhecer-se e saber que existe uma Rede em expansão — diversa e comprometida — que acompanha, articula e multiplica as possibilidades de ação.

Da mesma forma, agradecemos de maneira especial à equipe de análise qualitativa que colaborou neste processo. Seu trabalho rigoroso, sensível e dedicado foi fundamental para construir este olhar coletivo e plural, que hoje se apresenta como uma contribuição substantiva para a transformação das práticas de mediação na região.







5.

# Antecedentes



## Relevância da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da ONU

No ano 2000, o Conselho de Segurança da ONU adotou a histórica Resolução 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança, abordando pela primeira vez o impacto desproporcional e único do conflito armado sobre as mulheres. Além disso, o órgão reconheceu a importância da participação igualitária, plena e significativa das mulheres na prevenção e resolução dos conflitos, assim como na manutenção e na consolidação da paz.

Desde a adoção da referida Resolução 1325 (2000), os Estados Membros da ONU assumiram uma série de compromissos para promover a plena participação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisões vinculadas à paz e à segurança.

Sua aprovação respondeu à convergência de compromissos multilaterais (como a Plataforma de Ação de Pequim), diretrizes institucionais (entre elas o Plano de Windhoek) e ao impulso de diversas redes de mulheres que fizeram valer suas demandas no principal órgão da ONU com a responsabilidade primordial de manter a paz e a segurança internacional, diante da evidência das consequências desproporcionais que os conflitos armados têm sobre as mulheres. A Resolução 1325 (2000) constituiu-se, assim, em uma mudança de paradigma, ao ampliar a visão tradicional de segurança, centrada no militar, para uma visão mais ampla e inclusiva,

centrada nas pessoas, em particular nas mulheres como agentes de paz.

Desde sua aprovação, a **Resolução 1325 (2000) foi ampliada mediante nove Resoluções complementares do CSONU e pela criação de mecanismos institucionais tanto no sistema das Nações Unidas como nos Estados Membros**. Até o momento, mais de uma centena de Estados adotaram Planos Nacionais de Ação, com o propósito de implementar a agenda de Mulheres, Paz e Segurança. Esses instrumentos permitiram estabelecer medidas orientadas a fomentar a participação das mulheres em Operações de Paz, fortalecer a prevenção da violência baseada em gênero e promover a igualdade nos processos de prevenção e de reconstrução pós-conflito. No âmbito multilateral, a ONU desenvolveu políticas e unidades especializadas para incorporar de maneira transversal a abordagem de gênero em suas atividades de prevenção, mediação, manutenção e consolidação da paz.

**Com o objetivo de fortalecer o cumprimento dos compromissos assumidos, foram implementados indicadores de acompanhamento, mecanismos de avaliação periódica e instâncias de prestação de contas que permitem monitorar os avanços e consolidar a implementação da agenda de Mulheres, Paz e Segurança de maneira mais sistemática e efetiva.**

O impacto da Resolução 1325 (2000) foi significativo em múltiplos níveis. No âmbito das políticas de segurança, impulsionou reformas institucionais nas forças armadas e policiais para incluir mais mulheres e sensibilizar sobre

<sup>1</sup> O presente documento utiliza o conceito de construção da paz, mais próximo do conceito de sustentação da paz das Nações Unidas, a saber, um processo para construir uma visão comum de uma sociedade, assegurando que sejam consideradas as necessidades de todos os setores da população, que permita lançar as bases para a prevenção e transformação da conflitividade que possa vir a ocorrer. Aborda as causas profundas, buscando a reconciliação nacional e avançando rumo à recuperação, à reconstrução e ao desenvolvimento. Deve-se destacar que sustentar a paz é uma tarefa e uma responsabilidade compartilhada que devem ser exercidas pelo Governo e por todos os demais interessados nacionais. Por isso, será importante não confundir-lo com o conceito de consolidação da paz, que se refere a esforços dirigidos a prevenir o início, a repetição ou a continuação de um conflito armado, abrangendo uma ampla gama de programas e mecanismos políticos, de desenvolvimento, humanitários e de direitos humanos. Ver: A/RES/70/262. Exame da estrutura das Nações Unidas para a consolidação da paz. 12 de maio de 2016. Disponível em <https://undocs.org/pdf?symbol=es/A/RES/70/262>. Veja também o item Glossário deste documento.

<sup>2</sup> Para informações adicionais, pode-se consultar o Estudo mundial sobre a aplicação da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, elaborado pela ONU Mulheres, por meio do seguinte link eletrônico: <https://wps.unwomen.org/resources/fact-sheets/Fact-Sheet-and-Key-messages-Global-Study-ES.pdf>

<sup>3</sup> O Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança publicado em setembro de 2025 pode ser consultado no seguinte link: <https://digitallibrary.un.org/record/4090738?ln=en&v=pdf>

seu papel em contextos de prevenção e resolução de conflitos e na consolidação da paz.

Na construção de paz<sup>1</sup>, sua influência se reflete em casos concretos como o acordo de paz na Colômbia (2016), **onde a participação plena de mulheres garantiu a inclusão de um enfoque de gênero nos compromissos negociados.** Também fortaleceu o reconhecimento dos direitos das mulheres em situações de conflito, ao condenar o uso da violência sexual como tática de guerra e promover a justiça e a reparação para as vítimas. Em conjunto, a Resolução 1325 (2000) contribuiu para transformar a maneira como se concebe e se exerce a paz, posicionando as mulheres não apenas como beneficiárias de proteção, mas como protagonistas da solução. Aos 25 anos de sua adoção, o principal desafio continua sendo fechar a lacuna entre os compromissos formais e sua implementação efetiva, para assegurar que a igualdade substantiva e a participação ativa e substantiva das mulheres se traduzam em uma paz de fato inclusiva e duradoura.

## Criação de Redes Regionais de Mulheres Mediadoras

---

A evidência indica que a participação inclusiva de todas as mulheres aumenta a efetividade e a sustentabilidade dos acordos de paz — por exemplo, confirmou-se que a participação de organizações de mulheres gera 64% menos probabilidade de que um acordo de paz fracasse, fortalece a governabilidade democrática e contribui ao desenvolvimento sustentável<sup>2</sup> (ONU Mulheres, 2015). Além disso, as organizações de mulheres são parceiras essenciais na promoção da recuperação econômica, da coesão social e da legitimidade política. Do mesmo modo, a inclusão da abordagem de gênero e a participação significativa das mulheres nos processos de solução pacífica dos conflitos contribui para garantir a implementação efetiva das medidas de segurança, justiça e governança que, muitas vezes, se encontram entre as causas subjacentes dos conflitos e da violência.

Apesar dos avanços e das lições aprendidas, persiste uma lacuna entre os compromissos e as práticas reais, onde os conhecimentos e experiências das mulheres nos âmbitos da mediação e em outros esforços para a solução pacífica de controvérsias, assim como na construção da paz, são pouco utilizados e subvalorizados.

De acordo com o relatório 2025 do Secretário-Geral da ONU sobre a agenda de Mulheres, Paz e Segurança,<sup>3</sup> as mulheres continuam sub-representadas e, inclusive, não são consideradas na tomada de decisões sobre processos de paz e segurança, apesar de que os conflitos e as crises têm efeitos específicos e diferenciados sobre suas vidas e as de suas famílias. Por exemplo:

- Em 2022, dos 18 acordos de paz alcançados, apenas um foi assinado ou contou com a participação de uma representante de um grupo ou organização de mulheres.

- Do mesmo modo, para 2024, dos quatro processos de paz dirigidos ou codirigidos pela ONU, a representação das mulheres foi de 18%, abaixo dos 19% refletidos em 2021 e dos 23% em 2020. Nos processos de paz liderados por Estados Membros ou por outras organizações, a presença de mulheres esteve quase totalmente ausente. No entanto, uma exceção notável é o processo de paz na Colômbia em 2023, onde as mulheres alcançaram quase a paridade nas novas rodadas de negociação, e em 2024 nomeou-se uma mulher como chefe de delegação, sendo a primeira mulher colombiana a liderar um processo de paz.

Desde essa visão, redobram-se esforços para construir plataformas de participação política, diplomática, comunitária e ativista nas quais as mulheres, em toda a sua diversidade<sup>4</sup>, desde o início incidam em processos de transformação social, incluindo transições políticas e processos de paz. Além disso, busca-se visibilizar e promover o destacado papel que desempenham as mulheres na prevenção e resolução de conflitos, na construção da paz e na reconstrução do tecido social, em conformidade com a agenda de Mulheres, Paz e Segurança.

Desde 2015, foram criadas redes regionais de mulheres mediadoras, que reúnem perfis diversos que desempenham distintas atividades em torno da promoção da paz, da resolução de conflitos e da construção da paz, a partir de uma perspectiva feminista.

Atualmente existem nove dessas redes regionais: a Rede de Mulheres Mediadoras Nórdicas (2015); a Rede Mediterrânea de Mulheres Mediadoras (2017); a Rede de Mulheres Africanas na Prevenção de Conflitos e Mediação (2017); a Rede de Mulheres Mediadoras da Commonwealth (2017); a Rede do Sudeste Asiático de Mulheres Negociadoras e Mediadoras da Paz (2019); a Rede de Mulheres Mediadoras Árabes (2020); a Rede de Mulheres Mediadoras do Cone Sul (2021);

a Rede de Mulheres Mediadoras do Pacífico (2023) e a Rede Ibero-Americana de Mulheres Mediadoras (2023).

Essas redes não apenas visibilizam o papel fundamental das mulheres nos processos de mediação e construção da paz, mas também criam espaços de diálogo e colaboração onde as experiências e as melhores práticas são compartilhadas e fortalecidas mutuamente. Do mesmo modo, essas redes desempenham um papel fundamental ao enriquecer a formulação de políticas exteriores feministas e destacar as necessidades e perspectivas específicas das mulheres em seus âmbitos de competência, durante processos de mediação e mesas de negociação. Proporcionam programas integrais de capacitação e desenvolvimento de habilidades, empoderando mulheres em áreas-chave que impactam em todos os níveis, desde o local-comunitário até o âmbito global.

Por outro lado, a criação da Aliança Global de Redes Regionais de Mulheres Mediadoras, em 2019, é uma mostra notável da vontade de criar sinergias de colaboração entre as redes regionais para alcançar objetivos comuns, oferecendo assistência técnica e apoio mútuo em diversos âmbitos e para proporcionar maior visibilidade a esse tema em nível multilateral e regional.

<sup>4</sup> A Guatemala reafirma seu compromisso com os direitos humanos e os tratados internacionais dos quais forma parte. Portanto, qualquer disposição, uso ou termo do presente documento será interpretado e aplicará em estrito apego à Constituição Política da República da Guatemala e à sua legislação nacional vigente.

## História da Rede Ibero-americana de Mulheres Mediadoras

---

A Rede Ibero-Americana de Mulheres Mediadoras (RIMM) surge como uma resposta concreta à necessidade de fortalecer e impulsionar a participação das mulheres nos processos de construção da paz e na prevenção e resolução de conflitos na região da Ibero-América e de inserir a região no movimento de redes regionais de mulheres mediadoras em nível global.

A constituição da RIMM inscreve-se diretamente no mandato da Resolução 1325 do CSONU, e sua origem remonta a 2021, quando o México, por meio da Secretaria de Relações Exteriores e do então Instituto Nacional das Mulheres (Inmujeres), agora Secretaria das Mulheres do Governo do México, propôs a criação de uma organização que permitisse visibilizar e articular de maneira efetiva mulheres especialistas em mediação nos países ibero-americanos.

A proposta foi respaldada institucionalmente pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) após os compromissos assumidos na *XXVII Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo*, celebrada em Andorra em 2021. Nessa cúpula, reconheceu-se a necessidade de avançar rumo a uma política externa com perspectiva de gênero e estabeleceram-se as bases para a criação de redes de cooperação que promovessem a igualdade substantiva, a participação política das mulheres e sua incorporação real nos processos de tomada de decisões em contextos de paz e segurança.

Após um processo de trabalho técnico, consultas regionais e construção institucional, a RIMM foi oficialmente lançada em 22 de junho de 2023, em um evento celebrado na sede da SEGIB, em Madri, Espanha. O ato inaugural reuniu representantes de organismos governamentais, de organizações internacionais

e especialistas em mediação de diversos países. Durante o evento, assinou-se a ata constitutiva da Rede e aprovou-se o Programa de Trabalho 2023-2024, que incluiu atividades de formação, capacitação, intercâmbio de experiências e articulação de políticas com perspectiva de gênero.

A Rede foi integrada por onze Estados Membros: Andorra, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Espanha, Guatemala, México, Peru, República Dominicana e Uruguai. Cada Estado é representado por seu Ministério de Relações Exteriores e/ou por seu mecanismo para o Avanço das Mulheres, sendo estes pilares fundamentais para conferir à Rede um caráter intergovernamental e multissetorial.

O México foi designado como o primeiro Estado a exercer a presidência da RIMM, assumindo o compromisso de liderar a implementação de seu plano de trabalho durante o primeiro ano. Como parte dessas tarefas, em fevereiro de 2024 celebrou-se, na Cidade do México, o Primeiro Encontro Presencial da Rede. A reunião contou com a participação de especialistas regionais, representantes da sociedade civil e de organismos internacionais, como a ONU Mulheres. O encontro contribuiu para fortalecer a profissionalização das mediadoras, permitiu o intercâmbio de boas práticas e fortaleceu a incidência regional. Em 20 de maio de 2024, a Secretaria-Geral Ibero-Americana integrou-se ao Comitê de Organizações Internacionais que constitui o Conselho Assessor da RIMM.

Em junho de 2024, o México foi reeleito Presidente da RIMM. Em 09 de agosto do mesmo ano, a RIMM constituiu o Comitê de Mulheres Especialistas, atualmente integrado por 16 representantes de diversas disciplinas, designadas pelos Estados Membros da RIMM em reconhecimento ao trabalho que realizam em matéria de mediação e construção da paz nos âmbitos diplomático, acadêmico, institucional, territorial e como sociedade civil.

Em seus respectivos âmbitos de ação, as 16 integrantes do Comitê de Mulheres Especialistas contam com aprendizados e conhecimentos sobre o que significa e implica uma participação significativa das mulheres em esforços de mediação e construção da paz em nível local, regional e internacional.

Em 2025, a Presidência do México buscou fortalecer a institucionalização da RIMM e contribuir para sua sustentabilidade futura. Em abril do presente ano, o Escritório Regional da ONU Mulheres integrou-se ao Comitê de Organizações Regionais como parte do Comitê Assessor da RIMM. Em 27 e 28 de maio de 2025, no marco da VII Cúpula Ibero-Americana de Agendas Locais, em Zapopan, Jalisco, México, celebrou-se a Segunda Reunião Presencial da RIMM: Encontro entre as pessoas, Pontos Locais e as Mulheres Especialistas.

Nessa reunião, pela primeira vez, contou-se com a presença dos Pontos Focais de sete países da RIMM e de catorze integrantes do Comitê de Mulheres Especialistas. Entre os principais resultados da reunião esteve o fortalecimento do vínculo entre especialistas e Pontos Focais, promovendo uma maior comunicação e coordenação, assim como a revisão e retroalimentação do presente documento.

Em junho de 2025, a RIMM foi aceita para fazer parte da Aliança Global de Redes Regionais de Mulheres Mediadoras (Aliança). A Aliança busca fortalecer a participação das mulheres na construção da paz e na resolução de conflitos

em nível global. Esta aliança reúne as seguintes redes:

1. **Rede de Mulheres Mediadoras Nórdicas**
2. **Rede Mediterrânea de Mulheres Mediadoras**
3. **Rede de Mulheres Africanas na Prevenção de Conflitos e mediação (FemWise-Africa)**
4. **Rede de Mulheres Mediadoras da Commonwealth**
5. **Rede do Sudeste Asiático de Mulheres Negociadoras e Mediadoras da Paz**
6. **Rede de Mulheres Mediadoras Árabes**
7. **Rede de Mulheres Mediadoras do Cone Sul**
8. **Rede de Mulheres Mediadoras do Pacífico (PWMN)**
9. **Rede Ibero-americana de Mulheres Mediadoras (RIMM)**

A Presidência da RIMM participou de cinco reuniões mensais da Aliança para apoiar as atividades no marco do 25º Aniversário da Resolução 1325 (2000) do CSONU, sobre Mulheres, Paz e Segurança. Exemplo disso é que a RIMM participou, pela primeira vez, do evento “Reflexões sobre os 25 anos da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas: lições aprendidas, desafios e estratégia para o futuro”, organizado pela Aliança, no dia 29

de outubro passado, em Nova York. Também se contribui para a organização da Reunião Anual.

A história da RIMM reflete uma aposta coletiva por uma política externa que reconheça e promova o papel protagonista das mulheres nos processos de solução pacífica de conflitos. Sua criação supõe um antes e um depois no Sistema Ibero-Americano ao consolidar-se como um espaço de articulação que impulsiona a igualdade de gênero e a agenda Mulheres, Paz e Segurança das Nações Unidas, assim como os princípios de igualdade, justiça e paz sustentáveis.

**A Presidência da RIMM participou de cinco reuniões mensais da Aliança para apoiar as atividades no marco do 25º Aniversário da Resolução 1325 (2000) do CSONU, sobre Mulheres, Paz e Segurança.**





The background is a solid teal color. There are several white, abstract, flowing lines that create a sense of movement and depth. One line starts from the top left, curves across the top, and then loops back down. Another line starts from the bottom left, curves across the bottom, and then loops back up. A third line starts from the right side, loops around, and then curves back towards the center. The number '6.' is centered within a small, teardrop-shaped loop formed by one of these lines.

6.

# Metodologia

O presente relatório foi desenvolvido sob uma abordagem metodológica qualitativa de tipo fenomenológico, estruturada em etapas que permitiram a identificação objetiva e rigorosa das barreiras, oportunidades e estratégias vinculadas à participação das mulheres em processos de mediação e construção da paz na região ibero-americana. A abordagem adotada combinou técnicas de coleta e análise de informação com um componente participativo orientado a incorporar experiências e conhecimentos a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com integrantes do Comitê de Mulheres Especialistas da RIMM.

O processo metodológico iniciou-se com a realização de entrevistas semiestruturadas com 14 dessas mulheres mediadoras especialistas, com perfis muito diversos: diplomatas, funcionárias públicas, representantes de organismos multilaterais, lideranças comunitárias e ativistas. Essas entrevistas permitiram recuperar informações substantivas sobre trajetórias individuais, contextos de mediação, barreiras estruturais, estratégias de resiliência, impacto psicossocial e propostas de melhoria.

**A metodologia aplicada não só cumpriu uma função investigativa, senão que também valorizou os saberes práticos e estratégicos das mulheres mediadoras, amiúde invisibilizadas nos marcos formais de negociação.**

O instrumento de coleta de dados foi desenhado com eixos temáticos validados em sua confiabilidade e validade, com o julgamento de especialistas na matéria, ficando os seis que seguem:

- **Dados gerais**
- **Contexto e trajetória**
- **Barreiras e desafios**
- **Estratégias exitosas de mediação**
- **Participação em estruturas de poder**
- **Recomendações e propostas**

As entrevistas foram realizadas de forma virtual, segundo a disponibilidade das participantes, assegurando representatividade regional e diversidade de perfis mediante a aplicação do princípio de suficiência de dados. Garantiu-se o consentimento informado, a confidencialidade da informação e uma abordagem sensível e com perspectiva interseccional, adaptada ao contexto político e cultural de cada país e região.

Posteriormente, realizou-se uma análise sob uma abordagem interdisciplinar que integrou ferramentas da Antropologia, da Ciência Política, da Psicologia e das Relações Internacionais. A informação foi organizada por meio de um processo de codificação temática, com categorias que se transversalizaram e que permitiram a identificação de padrões, diferenças contextuais e achados emergentes.

Este processo contemplou:

- **Transcrição íntegra das entrevistas**
- **Codificação aberta e categorização temática**
- **Sistematização em matrizes comparativas por país e por eixo**
- **Integração de fragmentos contextualizados de testemunhos textuais como evidência direta**

A análise foi orientada a produzir achados úteis para a formulação de recomendações aplicáveis a políticas públicas, cooperação regional e programas institucionais.

Além dos dados obtidos das entrevistas, este relatório incorpora os insumos surgidos durante as sessões de trabalho realizadas na Segunda Reunião Presencial da Rede Ibero-Americana de Mulheres Mediadoras, celebrada nos dias 27 e 28 de maio de 2025 em Zapopan, México, nos marcos da VII Cúpula Ibero-Americana de Agendas Locais de Gênero (26 a 30 de maio). Nesse encontro participaram tanto Pontos Focais governamentais quanto integrantes do Comitê de Mulheres Especialistas da Rede, cujas reflexões, propostas e acordos foram registrados e sistematizados para enriquecer a análise. As contribuições recolhidas nessa reunião permitiram validar os achados preliminares, incorporar achados emergentes e alinhar as recomendações com as prioridades políticas expressas pelos governos e atores multilaterais presentes.

Uma fortaleza principal da abordagem metodológica empregada para a elaboração deste documento é sua capacidade de articular níveis de análise local, nacional e regional, ao integrar as vozes de mulheres que participam em âmbitos diplomáticos, comunitários e institucionais. No entanto, como toda pesquisa qualitativa, este estudo apresenta limitações. O número de entrevistas não pretende representar a totalidade das experiências na região, mas oferecer uma

perspectiva comparada, exploratória e situada das práticas de mediação. Por isso, recomenda-se continuar com esforços de documentação e acompanhamento para enriquecer e validar esses achados.

Em termos éticos, garantiu-se o consentimento informado, a proteção de dados sensíveis e o respeito pela diversidade de contextos sociopolíticos das participantes. Adotou-se uma abordagem interseccional para evitar a homogeneização de experiências e reconhecer as diferenças derivadas de fatores como etnicidade, território, trajetória profissional, condição migratória e posicionamento no exercício da mediação.

Por último, **a metodologia aplicada não só cumpriu uma função investigativa, senão que também valorizou os saberes práticos e estratégicos das mulheres mediadoras, amiúde invisibilizadas nos marcos formais de negociação.** Deste modo, o relatório não apenas se configura como um insumo técnico, senão como um exercício de reconhecimento político e construção coletiva de conhecimento.





7.

# Descobertas e achados



A identificação dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres mediadoras foi um dos eixos centrais deste estudo. A partir das entrevistas com integrantes do Comitê de Mulheres Especialistas da RIMM, evidenciou-se que, embora haja avanços normativos, estes não se traduzem em condições reais de participação substantiva nem em igualdade de acesso aos espaços de tomada de decisões. Esses elementos não apenas limitam a participação efetiva das mulheres na construção da paz, mas também revelam a persistência de modelos de mediação que reproduzem hierarquias de gênero e excluem saberes situados. Com base nisso, a seção seguinte desenvolve de forma sistemática as barreiras identificadas.

## I. Barreiras na mediação e a construção de paz

---

As barreiras identificadas, longe de serem anedóticas ou individuais, configuram um conjunto de condições materiais, simbólicas e institucionais que restringem o alcance, a eficácia e a incidência real das mulheres na construção da paz. A seção seguinte sistematiza essas barreiras em função dos níveis institucional, comunitário e cultural, assim como dos fatores interseccionais que as intensificam.

Embora existam avanços normativos no reconhecimento formal da participação das mulheres nos processos de paz, as entrevistadas coincidem em que esses avanços não se traduzem em condições reais de igualdade nem em uma participação substantiva. Pelo contrário, seu envolvimento continua sendo mediado por múltiplas barreiras estruturais que dificultam sua incidência efetiva. Essas barreiras não são homogêneas nem circunstanciais,

mas respondem a padrões persistentes de exclusão que se reproduzem tanto em contextos comunitários quanto institucionais, e que se agravam quando se cruzam com fatores como origem étnica e/ou racial, nacionalidade ou idade, para mencionar alguns dos que apareceram durante as entrevistas.

No âmbito diplomático, observa-se a ausência de uma institucionalização clara e operativa do papel da mediadora. Apesar de desempenharem tarefas substantivas em processos de diálogo, essas funções não costumam estar respaldadas pelas estruturas das quais fazem parte, nem contar com orçamentos atribuídos ou critérios definidos de reconhecimento formal. A figura da mediadora aparece então como uma responsabilidade informal, sustentada mais pelo compromisso pessoal do que pelo apoio institucional. Isso não apenas afeta a sustentabilidade de seu trabalho, mas reforça as condições de precariedade e desproteção que ainda prevalecem dentro do aparato estatal.

Por outro lado, em espaços comunitários ou territoriais, as barreiras se manifestam na ausência de mecanismos de creditação e na falta de reconhecimento do trabalho de mediação exercido desde a sociedade civil. Em diferentes contextos relatados nas entrevistas, as mulheres que atuam como ponte entre comunidades e atores institucionais o fazem sem respaldo legal nem recursos, o que aumenta sua exposição a riscos pessoais e limita seu campo de ação. Essa invisibilização também se expressa na forma como sua experiência é sistematicamente excluída dos registros oficiais ou das memórias de delegações que participam de negociações formais, permanecendo seus êxitos como anedóticos, o que gera um apagamento institucional de suas contribuições e a desvalorização de suas trajetórias.

Os estereótipos de gênero aparecem nos depoimentos como uma barreira transversal,

observada em situações nas quais, mesmo contando com experiência sólida em temas estratégicos como o desarmamento, a segurança ou a justiça transicional, são sistematicamente classificadas como “especialistas em gênero”. Essa designação limitada restringe sua voz a assuntos considerados secundários ou “leves” dentro das negociações, desperdiçando suas capacidades e limitando sua agência no processo. Essa designação não apenas reproduz uma divisão sexual do conhecimento e do trabalho, mas reforça a hierarquização dos temas em função de parâmetros masculinos de autoridade, até mesmo em contextos onde existe um marco normativo favorável.

Da mesma forma, a rotatividade institucional frequente, as mudanças de governo e a descontinuidade de políticas públicas afetam diretamente a possibilidade de consolidar processos liderados por mulheres. As entrevistadas indicaram que as mudanças políticas afetam a consolidação das iniciativas, o que demonstra a fragilidade estrutural do campo da mediação com enfoque de gênero e o preocupante retrocesso que essa estrutura pode sofrer na prática. A legitimidade e capacidade das mulheres afrodescendentes, indígenas, jovens ou provenientes de zonas rurais como mediadoras são frequentemente questionadas, tanto pelo Estado quanto por outros atores sociais. Em alguns casos, suas contribuições são minimizadas ou filtradas por dinâmicas patriarcais de reprodução de poder, elitistas, centralistas ou racializantes.

**Segue-se associando a liderança na mediação com qualidades tradicionalmente masculinizadas.**

## 1. Exclusão estrutural

A exclusão estrutural das mulheres nos processos de mediação e construção da paz constitui uma das barreiras mais persistentes e normalizadas dentro dos espaços de decisão. Essa exclusão não se manifesta como uma proibição explícita, mas como um conjunto de dinâmicas institucionais, hierárquicas e simbólicas que relegam as mulheres a funções técnicas, de acompanhamento ou de representação sem poder efetivo. Mesmo quando contam com igual ou maior preparação, trajetória ou conhecimento que seus colegas homens — o que é, em muitos casos, a norma —, as mulheres enfrentam maiores obstáculos para acessar papéis estratégicos na tomada de decisões.

Em diversos contextos, segue-se associando a liderança na mediação com qualidades tradicionalmente masculinizadas, o que reforça uma percepção de autoridade centrada em modelos masculinos, hierárquicos, verticais e excludentes. As mulheres são integradas às equipes de trabalho, mas com frequência em etapas posteriores do processo, quando as linhas estratégicas já foram definidas. Também é comum que sua presença responda mais a exigências de imagem institucional ou cumprimento normativo ou de cotas do que a um reconhecimento genuíno de sua experiência, perspectiva e contribuições.

Por outro lado, é importante assinalar que a exclusão se produz desde os momentos iniciais do desenho das agendas de negociação. Ao não estarem presentes nas etapas em que se definem os temas, os marcos de análise e as prioridades, suas vozes ficam ausentes dos eixos estruturantes do processo, o que limita sua capacidade de incidência e reforça sua subordinação a dinâmicas já estabelecidas. Essa omissão tem implicações diretas nos conteúdos dos acordos, que dificilmente incorporam as demandas e visões estratégicas das mulheres que, de distintos territórios, têm sustentado processos de resistência, cuidado e articulação social frente à violência.

Esse tipo de exclusão afeta a qualidade, profundidade e legitimidade dos acordos alcançados. Limitar a participação das mulheres a funções de suporte implica excluir vozes críticas na definição de prioridades, na leitura do contexto e na identificação de soluções sustentáveis. Restringe-se, além disso, a possibilidade de incorporar enfoques mais amplos, como segurança, justiça restaurativa, reparação simbólica ou a reconstrução do tecido social, dimensões nas quais as mulheres demonstraram capacidades e metodologias inovadoras e eficazes.

A exclusão estrutural também se expressa na ausência das mulheres em lugares-chave em matéria de segurança e na falta de rotas institucionais claras para reconhecer, acreditar ou remunerar o trabalho de mediação exercido a partir de diferentes frentes. Isso gera uma dupla carga: por um lado, a invisibilização do

trabalho realizado; por outro, a precarização de seu exercício profissional. As mulheres que exercem a mediação muitas vezes o fazem a partir do compromisso ético e da vontade política, sem contar com o respaldo, os recursos ou as condições mínimas necessárias para sustentar esse trabalho a longo prazo.

Superar essa barreira implica ir além da inclusão formal. Requer desmontar as estruturas que naturalizam a autoridade masculina, reformular os critérios de liderança e gerar mecanismos operativos efetivos que garantam a participação substantiva das mulheres em todos os níveis dos processos de paz.



## 2. Discriminação Interseccional

As experiências recolhidas neste relatório mostram que a exclusão das mulheres nos processos de mediação e construção da paz não opera de maneira uniforme. Pelo contrário, manifesta-se por meio de hierarquias complexas que combinam gênero, raça, classe, território, idade, identidade política, orientação sexual<sup>5</sup> e pertencimento cultural. Essa forma de exclusão, conhecida como discriminação interseccional, não apenas impede o acesso de determinadas mulheres aos espaços de decisão, mas organiza internamente o campo da mediação mediante critérios implícitos de legitimidade diferencial.

**As mulheres indígenas, afrodescendentes, rurais, jovens, migrantes e defensoras do território enfrentam obstáculos estruturais que não apenas limitam sua inserção em equipes técnicas ou espaços de negociação, mas também condicionam a forma como suas vozes são recebidas, interpretadas ou ignoradas.** Em muitos casos, sua participação se restringe a espaços consultivos, frequentemente simbólicos, sem capacidade decisória nem acompanhamento institucional. Seus saberes — ancorados em experiências comunitárias, trajetórias não acadêmicas ou cosmovisões não hegemônicas — são deslegitimados por não se ajustarem aos marcos formais de expertise. Algumas entrevistadas até assinalam que suas contribuições são traduzidas, mediadas ou reinterpretadas por outras pessoas com maior “capital institucional”, diluindo assim sua agência.

A essa exclusão somam-se condições materiais e culturais que atuam como filtros adicionais: a distância geográfica em relação aos centros de tomada de decisões, o desconhecimento ou não reconhecimento de idiomas originários, a brecha digital, a centralização dos recursos

logísticos ou a falta de tradução intercultural efetiva. Esses fatores geram obstáculos reais que impedem a participação equitativa e que raramente são considerados no desenho das iniciativas de paz.

A discriminação interseccional também se expressa na estratificação interna das redes de mediação. Embora muitas dessas plataformas promovam princípios de inclusão, as dinâmicas cotidianas reproduzem desigualdades simbólicas que conferem maior visibilidade e poder de decisão àquelas que contam com trajetórias formais, formação técnica reconhecida ou capital acadêmico. As mulheres com menor conectividade digital, escasso respaldo institucional ou inserção territorial não hegemônica são frequentemente marginalizadas dos espaços de maior incidência. Essa distribuição desigual de poder entre mulheres põe em questão os discursos de sororidade ou pluralidade que não abordam criticamente as relações de poder internas.

**As mulheres indígenas, afrodescendentes, rurais, jovens, migrantes e defensoras do território enfrentam obstáculos estruturais que não apenas limitam sua inserção em equipes técnicas ou espaços de negociação, mas também condicionam a forma como suas vozes são recebidas, interpretadas ou ignoradas.**

<sup>5</sup> A Guatemala reafirma seu compromisso com os direitos humanos e com os tratados internacionais dos quais faz parte. Portanto, qualquer disposição, uso ou termo do presente documento será interpretado e aplicado em estrita conformidade com a Constituição Política da República da Guatemala e com sua legislação nacional vigente.

Outro aspecto central é a distribuição desigual dos riscos. As mulheres que atuam em contextos comunitários, territórios militarizados ou zonas sob disputa — especialmente indígenas, camponesas e defensoras do território — enfrentam níveis elevados de exposição, sem garantias de proteção institucional. Assumem a mediação como uma forma de cuidado coletivo e defesa do tecido social, mas sem respaldo jurídico nem condições de segurança. Essa situação não apenas incrementa sua vulnerabilidade, mas revela como o valor de seu trabalho é inversamente proporcional ao reconhecimento que recebem.

Finalmente, o presente relatório identifica, como parte de seus achados, formas ativas de criminalização e estigmatização contra mediadoras que articulam propostas disruptivas: participação paritária substantiva, justiça feminista, reconhecimento da espiritualidade indígena ou defesa do território. Nesses casos, as barreiras não se limitam ao silenciamento ou à omissão, mas incluem represálias institucionais, campanhas de difamação ou exclusão deliberada de processos decisórios. Essa reação conservadora reflete os limites das estruturas atuais para incorporar lideranças transformadoras.

Enfrentar a discriminação interseccional não se reduz a ampliar a participação nominal de mulheres diversas. Requer transformar as lógicas de legitimação institucional e construir mecanismos de inclusão que reconheçam múltiplas formas de saber, liderança e agência.

Isso implica redesenhar os critérios de seleção e acreditação, garantir condições materiais equitativas de participação, traduzir de forma efetiva os marcos normativos a contextos locais e distribuir o poder real nos processos de construção da paz. Sem essas ações, a interseccionalidade corre o risco de ficar presa no plano discursivo, sem impacto na arquitetura real da mediação.

### 3. Instituições fracas e estruturas patriarcais

Os depoimentos recolhidos evidenciam que uma das barreiras mais persistentes na mediação e construção da paz encontra-se dentro das próprias instituições encarregadas desses processos. As entrevistadas descrevem múltiplas formas de resistência — tanto explícitas quanto encobertas — que impedem o acesso, a permanência e a incidência substantiva das mulheres em funções estratégicas. Essas resistências reproduzem-se em órgãos como chancelarias, forças armadas, procuradorias, academias diplomáticas e espaços multilaterais, e respondem a estruturas de poder que, apesar de adotarem uma linguagem paritária, operam sob lógicas profundamente patriarcais.

Um dos aspectos mais mencionados é o déficit de marcos de prestação de contas com perspectiva de gênero. As instituições não apenas reproduzem exclusão no acesso, mas carecem de mecanismos para monitorar a igualdade em seu funcionamento interno. A ausência de órgãos de controle, indicadores

de acompanhamento ou protocolos eficazes para denunciar práticas excludentes ou discriminatórias gera condições de impunidade institucional. Nesse contexto, as experiências de exclusão, silenciamento ou marginalização permanecem sem canais formais de resolução, o que perpetua as dinâmicas de desigualdade e normaliza a ausência de mulheres nos espaços de decisão.

Além disso, as entrevistas revelam uma segmentação persistente do trabalho dentro das instituições, marcada por uma feminização do suporte e uma masculinização do poder. Embora se identifiquem mulheres em funções técnicas, operativas ou de acompanhamento, os cargos vinculados ao desenho de estratégias, à tomada de decisões ou à representação política permanecem capturados por modelos masculinos de autoridade. Essa divisão vertical do trabalho reforça estruturas hierárquicas que atribuem às mulheres papéis de execução e contenção, enquanto reservam os espaços de definição e liderança a figuras masculinas ou a mulheres que reproduzem estilos tradicionais de condução.

Outra barreira-chave é a desconexão entre os marcos normativos progressistas e as práticas institucionais cotidianas. Embora muitas instituições contem com discursos paritários, planos de igualdade ou declarações

**As instituições não apenas reproduzem exclusão no acesso, mas carecem de mecanismos para monitorar a igualdade em seu funcionamento interno.**

de compromisso com a agenda de gênero, na prática operam mediante mecanismos de exclusão informal. As decisões sobre nomeações, atribuições de funções ou representação em espaços multilaterais nem sempre respondem a critérios de mérito, trajetória ou especialização, mas a redes fechadas de confiança institucional. Essa brecha entre o normativo e o operativo constitui um dos principais desafios para uma inclusão efetiva.

Relataram-se experiências em que propostas inovadoras — como a incorporação de mulheres indígenas em processos de diálogo, a exigência de paridade substantiva ou a defesa de modelos de justiça feminista — geraram maior resistência que aquelas iniciativas que operavam dentro do marco institucional tradicional (patriarcal). Essa reação defensiva revela os limites do discurso inclusivo quando confrontado com projetos que buscam reconfigurar as relações de poder ou disputar sentidos dentro das instituições. Nesses casos, as mulheres costumam ser deslegitimadas, excluídas ou deslocadas para espaços com menor capacidade de incidência.

Em suma, os achados mostram que as instituições não são espaços neutros, mas territórios atravessados por disputas de poder nas quais se joga a possibilidade de uma participação substantiva e transformadora das mulheres na construção e/ou consolidação<sup>6</sup> dos processos de paz. Superar essas resistências requer não apenas ajustes normativos, mas uma revisão profunda das culturas organizacionais, dos modelos de autoridade e dos critérios de legitimidade institucional que definem quem pode ser reconhecida como pessoa mediadora e construtora da paz.

<sup>6</sup> Por razones metodológicas, este documento conserva el uso de los conceptos de construcción de paz y consolidación de paz, en coherencia con el lenguaje y las referencias utilizadas por las expertas entrevistadas.

#### 4. Falta de institucionalização do papel de mediadora

Uma das barreiras mais persistentes sinalizadas pelas entrevistadas é a ausência de marcos normativos, operativos e orçamentários que reconheçam de forma clara, sistemática e sustentável o papel das mulheres mediadoras. Essa falta de institucionalização não apenas precariza seu trabalho e limita sua projeção profissional, mas também impede a construção de trajetórias técnicas e políticas capazes de incidir de maneira contínua nos processos de paz a partir de uma perspectiva de gênero e interseccionalidade.

Em muitos contextos, a mediação é concebida como uma prática informal, intuitiva ou de acompanhamento, mais associada à vontade pessoal e a papéis de gênero do que a uma função especializada com valor técnico, ético e estratégico. Essa percepção incide diretamente no desenho institucional: não existem unidades específicas nem estruturas permanentes encarregadas de integrar, formar ou respaldar mediadoras com experiência comprovada. Mesmo em organismos diretamente envolvidos em processos de diálogo — como chancelarias, escritórios de direitos humanos, defensorias ou procuradorias —, a mediação com enfoque de gênero não aparece como uma linha programática prioritária, nem conta com dotações orçamentárias definidas.

As entrevistas evidenciam que o ingresso ou a participação de mulheres mediadoras em espaços institucionais ocorre com frequência

sob critérios discricionários, a partir de relações pessoais, conjunturas políticas ou alianças informais, sem que existam procedimentos claros de seleção, acreditação ou acompanhamento. Essa lógica reforça um exercício precário e intermitente, condicionado por mudanças de administração ou decisões de curto prazo, e que carece de garantias mínimas de continuidade ou proteção laboral.

Outro obstáculo central é a ausência de rotas de desenvolvimento profissional. As mulheres que participaram de processos relevantes — seja em níveis comunitários, nacionais ou multilaterais — nem sempre veem suas contribuições refletidas em termos de reconhecimento formal, acúmulo de experiência institucional ou acesso a novas responsabilidades. Em vários depoimentos se menciona que seu trabalho não foi registrado nem visibilizado em relatórios oficiais, memórias institucionais ou bases de dados de especialistas, o que contribui para o apagamento de suas contribuições e limita as possibilidades de incidência futura.

**Não existem mecanismos para reconhecer trajetórias híbridas nem para integrar o saber situado nos circuitos formais de desenho de políticas ou formação técnica.**

Da mesma forma, adverte-se uma desconexão estrutural entre os processos comunitários de mediação — onde muitas mulheres se formaram a partir da prática — e os desenhos institucionais construídos a partir de lógicas tecnocráticas ou verticais. Não existem mecanismos para reconhecer trajetórias híbridas nem para integrar o saber situado nos circuitos formais de desenho de políticas ou formação técnica. Essa brecha entre o conhecimento local e a validação institucional reforça uma hierarquia epistêmica que subordina as experiências dos territórios a padrões externos que nem sempre respondem às suas realidades.

No âmbito regional, também se identifica a ausência de marcos de referência compartilhados que orientem a institucionalização do papel de mediadora. A falta de padrões mínimos entre os países — no que diz respeito à formação, acreditação, reconhecimento ou mobilidade — dificulta a cooperação intergovernamental, enfraquece os processos de profissionalização e fragmenta a construção de agendas comuns. Essa carência de convergência limita, além disso, a possibilidade de criar redes técnicas que transcendam as fronteiras nacionais e potencializem a articulação de saberes e práticas.

Outra dimensão crítica é a exclusão das mediadoras dos circuitos institucionais de produção de conhecimento. As entrevistadas indicaram que suas metodologias, diagnósticos e aprendizados raramente são sistematizados, citados ou convertidos em insumos técnicos pelas instituições. Essa invisibilização na

produção discursiva não apenas reduz sua legitimidade, mas priva os próprios processos institucionais de contribuições valiosas para o desenho de políticas sensíveis aos contextos.

Os achados também mostram que, em vários casos, quando se propõem modelos de institucionalização impulsionados por mulheres, estes são recebidos com ceticismo ou resistência, sobretudo quando implicam transformações estruturais nos marcos de poder, como a incorporação de mediadoras indígenas, a paridade substantiva ou a inclusão de enfoques feministas nos processos de paz.

Diante desse panorama, torna-se evidente a urgência de construir marcos institucionais que reconheçam a mediação com perspectiva de gênero como uma função pública especializada, dotada de estruturas permanentes, critérios claros de incorporação, sistemas de acompanhamento, articulação multinível e dotação orçamentária. Profissionalizar não implica burocratizar, mas garantir condições de legitimidade, continuidade e justiça para as mulheres que — desde diversos territórios e trajetórias — exercem esse trabalho essencial na transformação pacífica dos conflitos.



## 5. Estereótipos de gênero persistentes

Dentro dos processos de mediação e construção da paz, as entrevistas evidenciam padrões recorrentes de atribuição de funções diferenciadas por gênero. As mulheres mediadoras e construtoras da paz são frequentemente associadas, de forma prioritária ou exclusiva, a temas sociais, comunitários ou ao enfoque de gênero, o que restringe sua participação em áreas consideradas estratégicas como segurança, desarmamento, justiça transicional ou coordenação operacional, mesmo quando se desempenham profissionalmente como especialistas nesses campos.

Esse enquadramento ocorre apesar de as entrevistadas contarem com formação acadêmica e experiência profissional equivalente ou superior à de seus pares homens.

Várias participantes relataram que, mesmo contando com credenciais técnicas em áreas-chave do processo de paz, sua participação se limita a funções de assessoria ou acompanhamento, sem envolvimento direto no desenho ou condução de estratégias centrais. Esse padrão não responde unicamente a decisões explícitas, mas a dinâmicas institucionais e percepções arraigadas que associam determinadas temáticas a competências tradicionalmente masculinas. Na prática, isso se traduz em uma distribuição desigual de responsabilidades que tende a situar as mulheres em espaços com menor incidência na definição de conteúdos, tempos ou prioridades dos processos de negociação. Algumas entrevistadas também assinalaram diferenças nos tempos de fala, turnos de intervenção ou níveis de escuta atribuídos dentro das equipes, o que incide diretamente na visibilidade e valorização de suas contribuições. Essa situação gera, em alguns casos, a necessidade de se validar

constantemente ou de adaptar seus modos de comunicação a ambientes institucionais marcadamente técnicos ou hierárquicos.

Além disso, os estereótipos de gênero não operam unicamente como critérios de distribuição funcional, mas impactam diretamente na construção subjetiva das próprias mediadoras. Em vários relatos, mencionaram-se experiências de deslegitimação explícita ou velada que resultaram em processos de autoexclusão, inibição da liderança ou dúvidas sobre sua autoridade profissional. Esse impacto simbólico não apenas limita sua agência imediata, mas afeta sua projeção em médio e longo prazo dentro dos processos de construção da paz. Nesse sentido, os estereótipos não apenas atribuem papéis: também moldam trajetórias e restringem horizontes de possibilidade.

Por outro lado, algumas participantes sublinharam que, mesmo em contextos onde se institucionalizaram discursos de gênero, a incorporação de mulheres tende a responder a uma lógica instrumental. Ou seja, sua inclusão em espaços de diálogo ou mediação tem como finalidade principal cumprir critérios normativos, de imagem ou legitimidade, sem que isso se traduza em participação efetiva nem em capacidade real de decisão. Essa utilização funcional do enfoque de gênero termina por reforçar estereótipos, ao limitar seu papel a funções pedagógicas, consultivas ou simbólicas, desvinculadas dos núcleos estratégicos do processo. Esses elementos configuram um ambiente no qual a participação das mulheres, embora presente, encontra-se fortemente condicionada por marcos temáticos predefinidos, hierarquias não questionadas e lógicas de gênero profundamente arraigadas. O anterior limita o aproveitamento integral de suas capacidades e conhecimentos, especialmente em temas estratégicos que requerem abordagens interseccionais e

multidisciplinares. A evidência recolhida sugere que superar essa barreira requer revisar os critérios de atribuição de funções nas equipes de mediação, assim como gerar condições que permitam uma participação substantiva, baseada em competências e experiência, sem segmentações predeterminadas por gênero.

Os achados sistematizados nesta seção permitem afirmar que as barreiras enfrentadas pelas mulheres em seu trabalho como mediadoras e construtoras da paz não são incidentais nem isoladas. Trata-se de obstáculos estruturais que se entrelaçam com dinâmicas institucionais, hierarquias simbólicas e padrões culturais profundamente arraigados, que limitam sua participação substantiva, restringem sua capacidade de incidência e precarizam seu exercício profissional. A persistência de estereótipos de gênero, a reprodução de esquemas patriarcais dentro das instituições, a falta de reconhecimento formal do papel das mediadoras e as múltiplas formas de discriminação interseccional configuram um conjunto de exclusão que opera em distintos níveis e que requer intervenções diferenciadas, integrais e sustentadas no tempo.

**Várias participantes relataram que, mesmo contando com credenciais técnicas em áreas-chave do processo de paz, sua participação se limita a funções de assessoria ou acompanhamento, sem envolvimento direto no desenho ou condução de estratégias centrais.**

A exclusão não só empobrece os processos de negociação, senão que compromete sua legitimidade, sustentabilidade e capacidade transformadora. **Limitar a participação plena das mulheres implica excluir visões críticas, metodologias situadas e formas de liderança orientadas ao cuidado, à reparação e à justiça social, cuja presença demonstrou ser crucial para a construção de paz duradoura.** No entanto, é importante sublinhar que essas barreiras não se traduzem em passividade ou silêncio. Pelo contrário, as experiências recolhidas neste relatório revelam uma diversidade de estratégias, formas de resistência, acúmulo de saberes e articulações coletivas que as mulheres têm desenvolvido para sustentar sua participação, ampliar seus margens de ação e transformar os marcos estabelecidos desde dentro e desde fora das instituições.

**Estas condições, no entanto, têm um custo. A exposição constante a cenários de exclusão, tensão e alta exigência emocional deixa marcas significativas naqueles/as que exercem a mediação desde uma perspectiva de gênero, territorial e transformadora. Daí que o seguinte item aborde um aspecto fundamental para compreender a sustentabilidade de seu trabalho: o impacto psicossocial que as mediadoras e as construtoras de paz enfrentam em contextos onde o reconhecimento institucional é limitado, os riscos pessoais são elevados e o cuidado coletivo ainda não se integra como parte do desenho das políticas de paz.**

## II. Impacto psicossocial nas mediadoras e nas construtoras de paz

---

O exercício da mediação e da construção da paz por parte de mulheres acarreta uma série de impactos psicossociais que foram documentados de forma consistente ao longo das entrevistas. Esses efeitos não derivam unicamente dos contextos de conflito nos quais atuam, mas também das condições estruturais, institucionais e relacionais sob as quais tendem a desenvolver seu trabalho. A constante exposição a tensões políticas, desigualdades sociais e dinâmicas de exclusão incide diretamente em seu bemestar emocional, físico e mental, repercutindo também nas possibilidades de ação que o trabalho lhes oferece.

As experiências relatadas permitem identificar padrões comuns de esgotamento emocional e sobrecarga cognitiva e afetiva. As mulheres que desempenham funções de mediação veem-se frequentemente confrontadas com contextos marcados por violência estrutural, polarização social, expectativas desproporcionais em relação aos recursos atribuídos para seu trabalho

e ausência de respaldo institucional. Essa combinação de fatores pode dar lugar a estados sustentados de esgotamento, frustração, desmotivação e até mesmo fenômenos de desvalorização ou dúvida gerados pelo contexto.

Um dos aspectos mais frequentemente mencionados é a necessidade constante de gerar formas adicionais de validação externa perante seus pares, superiores ou partes envolvidas ou interessadas no conflito, o que impõe uma pressão adicional nem sempre reconhecida como parte inerente de sua função. Essa exigência se traduz em uma carga emocional acumulativa, associada à necessidade de manter uma postura firme, equilibrada e resolutiva, mesmo em condições adversas ou de incerteza.

A isso se soma a falta de redes de apoio institucionalizadas, já que o tecido social que poderia apoiar seu trabalho ou não existe, ou está fragmentado, ou carece dos recursos e do reconhecimento necessários. As entrevistadas coincidem em que os espaços formais de contenção emocional ou acompanhamento psicossocial são escassos ou até inexistentes. Em seu lugar, recorrem a mecanismos informais, como a construção de vínculos de confiança com outras mediadoras ou o apoio mútuo entre pares e a criação de uma rede própria, que implica toda uma série de recursos próprios e emocionais investidos para poder sustentar seu trabalho. Embora essas estratégias sejam valorizadas como formas eficazes de resiliência coletiva, seu caráter não estruturado e sua dependência de recursos e repertórios próprios limitam seu alcance e continuidade.



Também se observa que as mediadoras e construtoras da paz assumem múltiplos papéis de maneira simultânea — profissionais, comunitários, familiares e de cuidado — sem que existam políticas que reconheçam, retribuam, analisem ou redistribuam essas cargas. Essa sobreposição e sobrecarga de funções incide diretamente em sua disponibilidade física, emocional e psicológica, assim como na sustentabilidade de sua participação a médio e longo prazo.

O conjunto dessas condições permite afirmar que o impacto psicossocial é uma dimensão central, frequentemente invisibilizada, na análise da participação das mulheres nos processos de paz. Reconhecê-lo, medi-lo, remediá-lo e abordá-lo de maneira estrutural é um passo chave para sanar a dívida acumulada em relação aos recursos psicossociais que elas tiveram que desenvolver, exercer e sustentar de forma autônoma e apoiando-se em redes informais para garantir não apenas a continuidade de seu trabalho, mas também sua integridade e bem-estar no exercício de funções que implicam alto impacto e grande responsabilidade política, social e ética.

## As experiências relatadas permitem identificar padrões comuns de esgotamento emocional e sobrecarga cognitiva e afetiva.

### 1. Estresse e desgaste emocional crônicos

Um dos efeitos psicossociais mais reiterados nos depoimentos das mulheres entrevistadas é o desgaste emocional e o estresse

crônico sustentado associado ao exercício da mediação e da construção da paz. Esse desgaste não está vinculado unicamente ao impacto que esses conflitos podem gerar na mediadora ao ter uma alta carga subjetiva devido à natureza dos conflitos nos quais intervém, mas também às condições sob as quais sua atividade é realizada: exposição prolongada a tensões estruturais, ausência de acompanhamento institucional, necessidade de demonstrar legitimidade em ambientes adversos e multiplicidade de papéis assumidos simultaneamente.

As mediadoras e construtoras da paz descrevem cenários que exigem manter, de forma contínua, um alto nível de atenção emocional, disposição para a escuta ativa e gestão equilibrada dos vínculos entre atores. Essas funções, embora essenciais para facilitar o diálogo, implicam um investimento considerável de recursos cognitivos e subjetivos, agravado pela falta de mecanismos formais para o cuidado e a atenção psicológica, assim como pela inexistência de tempos destinados ao descanso e à recuperação emocional.

Esse tipo de desgaste se intensifica quando as mulheres precisam enfrentar dinâmicas institucionais que não reconhecem explicitamente a carga emocional que sua atividade implica ou, até mesmo, desvalorizam-na. Em vários casos, as entrevistadas indicaram que o trabalho de mediação não é acompanhado de políticas específicas de bemestar, nem de protocolos de acompanhamento psicossocial, o que gera uma percepção de desproteção que, em situações extremas, pode derivar em um fenômeno alienante. A sobre-exposição a depoimentos de violência, perda ou trauma, sem espaços adequados para processá-los, constitui um fator de risco contínuo para a saúde mental.

Da mesma forma, a necessidade constante de se validar profissionalmente em contextos nos quais seu papel é questionado ou minimizado acrescenta uma camada adicional de pressão. Essa exigência pode se traduzir em condutas de inibição ou inibitórias, hipervigilância ou autoexigência, que a longo prazo afetam negativamente o equilíbrio emocional e o desenvolvimento de uma vida pessoal que a mediadora considere satisfatória. Nas entrevistas mencionam-se sentimentos de frustração ao não ver seus esforços refletidos em decisões concretas ou ao perceber que sua voz é relativizada diante de outras com maior legitimidade institucional. Incorporar o bemestar emocional deve fazer parte essencial do desenho e da gestão dos processos de mediação para a sustentabilidade da participação das mulheres e seu bemestar no campo da mediação e dos processos de paz.

## 2. Estigmatização e criminalização

Outra dimensão relevante do impacto psicossocial nas mediadoras e construtoras da paz é a experiência de estigmatização e, em alguns contextos, de criminalização associada ao seu trabalho. As mulheres entrevistadas relatam que sua participação em processos de diálogo ou incidência em temas sensíveis pode ser interpretada, por determinados setores, como uma postura ideológica, mais do que como uma função técnica orientada à transformação pacífica dos conflitos. Essa percepção gera consequências diretas sobre sua integridade pessoal e profissional. Algumas mediadoras enfrentam desqualificações públicas ou privadas que questionam sua neutralidade, seu compromisso institucional ou sua participação nos processos.

Em contextos polarizados, a mera participação em espaços de intermediação pode ser interpretada como uma tomada de partido, o que desencadeia dinâmicas de desconfiança, vigilância ou apontamento. Essas situações, embora nem sempre se traduzam em ações formais, geram um ambiente de tensão que impacta o bemestar emocional e as condições de segurança das mulheres envolvidas.

Em determinados cenários, essa estigmatização pode escalar para formas mais explícitas de criminalização, como investigações, ameaças ou campanhas de difamação associadas aos processos de diálogo, especialmente quando envolvem atores não estatais, comunidades mobilizadas ou temas considerados controversos. Nesses casos, a exposição pública incrementa os riscos pessoais, para o desenvolvimento de uma vida digna e segura, limitando a possibilidade de exercer a mediação de maneira autônoma e protegida.

A estigmatização também se expressa de maneira simbólica. As mediadoras podem ser objeto de questionamentos indiretos sobre sua capacidade profissional, sua “imparcialidade” ou sua autoridade para representar determinados setores. Essa forma de deslegitimação reforça dinâmicas de autocensura e retraimento, que dificultam a participação plena e ativa em espaços de deliberação ou negociação. Esse tipo de impacto não se limita ao âmbito externo. Algumas mulheres relatam experiências de desconfiança ou reservas dentro das próprias instituições ou redes às quais pertencem. O temor a represálias ou a leituras negativas de seu trabalho pode condicionar suas intervenções ou restringir sua participação em certos temas ou espaços. Em consequência, a criminalização, mesmo quando

não formalizada judicialmente, opera também como uma barreira psicológica que limita o exercício pleno de seu papel. A mediação e a construção da paz implicam assumir funções em ambientes complexos e expostos, razão pela qual os marcos institucionais devem contemplar medidas específicas para resguardar a integridade física, emocional e a imagem daquelas que exercem esse trabalho.

### 3. Ausência de redes institucionais de cuidados

A falta de estruturas formais que acompanhem e sustentem emocionalmente as mediadoras e construtoras da paz constitui uma barreira psicossocial significativa. As entrevistadas coincidem em assinalar que, embora existam mecanismos informais de apoio entre pares ou dentro de comunidades específicas, não há redes institucionalizadas que integrem o cuidado psicossocial como uma dimensão estrutural do trabalho de mediação. Essa carência se manifesta em distintas etapas do processo: desde a seleção e formação, onde não se contemplam componentes relacionados com a gestão emocional do conflito, até a implementação, onde não existem protocolos de acompanhamento diante do desgaste, da exposição a situações traumáticas ou dos dilemas éticos que podem surgir na prática. Da mesma forma, após a participação em processos sensíveis, não se identificam espaços de acompanhamento que permitam o processamento coletivo ou individual das experiências vividas.

A ausência desses mecanismos institucionais de cuidado tem efeitos diretos sobre a continuidade, segurança e sustentabilidade do trabalho das mulheres mediadoras. Ao não contar com contenção profissional nem com tempos destinados ao autocuidado, muitas devem recorrer a redes pessoais ou estratégias individuais que, embora possam ser efetivas no curto prazo, não oferecem garantias de longo alcance nem condições equitativas para todas. Essa situação pode gerar desigualdades adicionais entre aquelas que têm acesso a determinados círculos de confiança ou apoio profissional, e aquelas que desenvolvem seu trabalho de forma isolada ou em contextos com menor infraestrutura institucional.

A falta de políticas de cuidado contribui para reforçar uma lógica de sobrecarga pessoal, na qual as mediadoras devem gerir simultaneamente as demandas do processo, suas próprias emoções e, em muitos casos, suas responsabilidades familiares e comunitárias. Essa acumulação de tarefas sem respaldo organizativo contribui para o esgotamento

**Essa estigmatização pode escalar para formas mais explícitas de criminalização, como investigações, ameaças ou campanhas de difamação associadas aos processos de diálogo, especialmente quando envolvem atores não estatais, comunidades mobilizadas ou temas considerados controversos.**

emocional, para a diminuição da motivação profissional e, em certos casos, para o abandono de espaços de participação ou contribui para a não resolução e até uma possível deserção da tarefa de mediação a longo prazo.

As entrevistadas destacam que, em contextos complexos, o acompanhamento emocional não só cumpre uma função de proteção individual, mas também melhora a qualidade da mediação, ao permitir intervenções mais sustentáveis, éticas e orientadas à transformação do conflito. A ausência dessas redes institucionais, portanto, afeta não só aquelas que exercem a mediação, mas o próprio processo como um todo. A incorporação de sistemas de cuidado psicossocial deve ser entendida como parte dos critérios mínimos para o desenho, implementação e acompanhamento de processos de paz. Isso implica desenvolver protocolos, atribuir recursos específicos e reconhecer o componente emocional como uma dimensão essencial da tarefa mediadora.

#### 4. Sobrecarga de papéis

Uma condição transversal identificada pelas entrevistadas é a sobrecarga de papéis que enfrentam as mulheres mediadoras e construtoras da paz. Essa situação se manifesta

quando, além de suas responsabilidades nos processos de diálogo ou negociação, elas devem atender simultaneamente a tarefas vinculadas ao seu entorno familiar, comunitário, institucional ou acadêmico, sem que existam mecanismos que reconheçam, redistribuam ou acompanhem adequadamente essas múltiplas exigências. Essa sobrecarga condiciona a participação das mulheres nos processos de construção e/ou consolidação da paz, já que sua participação se encontra em múltiplas etapas da mediação.

O fenômeno da sobrecarga se expressa na necessidade de conciliar funções profissionais altamente exigentes com expectativas sociais, laborais, familiares, pessoais, vinculadas ao cuidado, à gestão doméstica ou à representação comunitária. Em vários casos, as entrevistadas descrevem jornadas estendidas, escassa delimitação entre o trabalho e a vida pessoal, e uma pressão constante por responder de maneira eficaz em todas as frentes, mesmo de formas simultâneas. Essa acumulação de funções se realiza frequentemente sem acesso a apoios logísticos, econômicos ou institucionais que contribuam para equilibrar a carga.

Ao contrário de outros perfis dentro dos processos de paz, as mulheres costumam estar envolvidas não só na dimensão técnica do processo, mas também em sua implementação territorial, na contenção emocional de atores envolvidos — às vezes sem preparação para isso — e na interlocução permanente com comunidades afetadas. Essa combinação de responsabilidades formais e informais contribui para gerar uma carga adicional que,

na ausência de políticas de acompanhamento e capacitação, por exemplo, em primeiros socorros psicológicos ou manejo de crises emocionais de maneira formal ou oferecida pelas instituições responsáveis, pode derivar em fadiga, desmotivação ou abandono de suas funções.

A sobrecarga de papéis também tem implicações na disponibilidade das mediadoras para assumir posições estratégicas dentro das equipes de negociação. As responsabilidades não redistribuídas fora do âmbito laboral podem limitar sua participação em espaços que demandam mobilidade, jornadas prolongadas ou compromissos internacionais. Isso gera uma restrição indireta do acesso a níveis de tomada de decisões, não por falta de capacidades, mas por uma estrutura de apoio insuficiente que não contempla as condições diferenciadas nas quais muitas mulheres exercem sua liderança.

Além disso, essa sobrecarga se vincula com a percepção de que a mediação deve ser sustentada a partir do compromisso individual, sem requerer recursos adicionais nem condições diferenciadas. Na prática, isso reproduz uma lógica de disponibilidade permanente que, em geral, não leva em conta nenhum tipo de limite e exige respostas imediatas ou em um prazo muito curto. Os limites físicos, emocionais e sociais daquelas que participam

de processos complexos são ultrapassados uma e outra vez. Essa simultaneidade de responsabilidades, sem uma distribuição clara de tempos nem de recursos, contribui para a acumulação de tensões que nem sempre são visíveis nas avaliações de impacto dos processos de paz.

### III.



## Estratégias de sucesso de mediação e de construção de paz

Apesar das múltiplas barreiras estruturais e institucionais identificadas, as entrevistas documentam uma série de estratégias que as mulheres mediadoras e construtoras da paz desenvolveram para incidir de maneira efetiva em contextos complexos, com resultados sustentáveis ao longo do tempo. Essas estratégias não só revelam sua capacidade de adaptação, como também a consolidação de enfoques metodológicos eficazes para transformar conflitos, facilitar o diálogo e reconstruir o tecido social a partir de uma perspectiva situada e relacional.

As experiências compartilhadas permitem identificar um conjunto de práticas comuns que não respondem a uma lógica homogênea, mas que se configuram em função dos contextos, atores e níveis de intervenção. Ainda assim, observam-se elementos transversais em suas aproximações à mediação: a escuta ativa, a construção de confiança, a gestão emocional dos espaços de diálogo e a conexão com as memórias e narrativas locais. Essas estratégias têm se mostrado particularmente úteis em processos onde existe desconfiança histórica entre as partes, alta fragmentação social ou ausência de canais institucionais de resolução de disputas.

Um traço distintivo assinalado nas entrevistas é a capacidade de gerar o que algumas mediadoras denominam “diálogos improváveis”.<sup>7</sup> Trata-se de espaços onde se consegue reunir atores que historicamente estiveram em confronto, com o objetivo de construir marcos comuns de entendimento sem forçar homogeneização. Essas experiências, em alguns casos desenvolvidas

em nível comunitário e em outros com alcance nacional, têm permitido restabelecer canais de comunicação em contextos marcados pela polarização, estigmatização ou exclusão.

Da mesma forma, destaca-se o enfoque humanista e territorial que muitas mulheres aplicam em sua prática. Esse enfoque parte do reconhecimento do contexto, das memórias afetivas dos atores envolvidos e da legitimidade dos saberes não institucionalizados. Para além de aplicar marcos técnicos preestabelecidos, as estratégias implementadas se caracterizam por sua flexibilidade, sua capacidade de adaptação e seu enfoque restaurativo.

Outro elemento relevante é a articulação com movimentos sociais, organizações feministas e redes nacionais, regionais e internacionais. Essas alianças têm permitido ampliar as margens de incidência política das mediadoras, bem como gerar respaldo diante de resistências institucionais ou momentos de maior tensão. As redes de colaboração, tanto locais quanto transnacionais, têm sido chave para o intercâmbio de ferramentas metodológicas, a formação entre pares e a visibilização de diversas agendas de paz.

Também se observa uma capacidade de inserção estratégica dentro de estruturas formais. Algumas mediadoras têm conseguido posicionar seu trabalho dentro de instituições públicas ou multilaterais, introduzindo enfoques de paz e transformação do conflito a partir da linguagem política e técnico-administrativa. Esse tipo de estratégia tem facilitado a incorporação de temas vinculados à igualdade, à reparação ou à justiça restaurativa em documentos oficiais, normativas ou acordos.

Este eixo temático organiza essas experiências com o objetivo de identificar elementos

<sup>7</sup> O conceito de *diálogos improváveis* foi desenvolvido por John Paul Lederach, mediador e teórico em construção de paz, para se referir a encontros deliberados entre pessoas que, devido a histórias de confrontação, diferenças ideológicas ou divisões sociais, rara vez interagiriam. Segundo Lederach, estes espaços requerem um enfoque intencional para “se mover mais além daqueles que são como nós e pensam como nós”. John Paul Lederach, “John Paul Lederach on Facing Down a Civil War,” JohnPaulLederach.com, July 1, 2025, <https://www.johnpaullederach.com/2025/07/john-paul-lederach-on-facing-down-a-civil-war/>

replicáveis, enfoques metodológicos efetivos e condições que têm facilitado sua aplicação. Analisar essas estratégias não só permite visibilizar o aporte substantivo das mulheres nos processos de paz, mas também gerar aprendizados institucionais para o desenho de políticas públicas, programas de formação e marcos de intervenção mais sensíveis à diversidade de formas de mediação existentes.

### 1. Escuta ativa e construção de confiança

A escuta ativa e a construção de confiança emergem como dois componentes metodológicos centrais nas práticas de mediação desenvolvidas por mulheres. Esses elementos foram mencionados de forma reiterada nas entrevistas como condições necessárias para facilitar o diálogo entre as partes, especialmente em contextos de alta conflitividade, fragmentação social ou desconfiança acumulada. Longe de serem considerados atributos pessoais ou habilidades espontâneas, ambas as práticas são descritas como estratégias estruturadas que fazem parte integral do enfoque de mediação adotado.

A escuta ativa é entendida como um processo deliberado de reconhecimento do outro e de validação de suas experiências, mesmo quando estas são divergentes ou contraditórias. As mediadoras entrevistadas destacam que a disposição para escutar sem interromper, sem antecipar julgamentos e com uma atitude de respeito mútuo tem sido fundamental para gerar ambientes seguros de conversação. Essa prática tem contribuído para desativar dinâmicas de confrontação inicial e tem permitido que os distintos atores se sintam incluídos no processo, mesmo quando existem assimetrias de poder ou trajetórias de violência prévia.

Por sua vez, a construção de confiança é abordada como um processo cumulativo que

requer tempo, consistência e coerência no agir. As entrevistadas assinalam que a confiança não se impõe nem se negocia diretamente, mas se gera a partir da forma como se maneja a informação, se garante a confidencialidade, se cumprem os compromissos assumidos e se respeita a voz de cada parte envolvida. Esse tipo de prática tem demonstrado ser especialmente útil em cenários onde os processos formais de mediação não conseguiram avançar precisamente por falta de credibilidade entre os atores.

Além disso, ambas as estratégias têm permitido manejar situações emocionalmente intensas sem transbordamentos, facilitando que as pessoas envolvidas se expressem a partir de suas experiências sem temor de serem invalidadas. Esse tipo de manejo relacional tem favorecido não só a continuidade dos processos, mas também a possibilidade de alcançar acordos mais duradouros e com maior aceitação social. Sua incorporação sistemática no desenho e na execução de processos de paz pode contribuir para melhorar a qualidade do diálogo, fortalecer a legitimidade dos acordos e ampliar a base de confiança necessária para a transformação pacífica dos conflitos.

### 2. Promoção de diálogos improváveis

**“Diálogos improváveis”:  
trata-se de espaços onde  
se consegue reunir atores  
que historicamente  
estiveram em confronto,  
com o objetivo de  
construir marcos comuns  
de entendimento sem  
forçar homogeneização.**

As entrevistadas identificam como uma de suas principais estratégias a promoção de espaços de encontro entre atores historicamente confrontados ou que, em condições regulares, não dialogariam entre si. Esses espaços, descritos como “diálogos improváveis”, têm permitido abrir canais de comunicação em contextos marcados pela desconfiança, pela estigmatização mútua ou pelo desconhecimento recíproco. Trata-se de processos cuidadosamente facilitados, que não partem da lógica de consenso imediato, mas sim do reconhecimento das diferenças e da necessidade de gerar condições mínimas para a interlocução, criando alianças temporárias entre agentes.

Nesses diálogos participam setores sociais, institucionais ou comunitários que viveram experiências de conflito a partir de posições opostas. A abertura desses espaços requer uma preparação prévia que inclui mapeamento de atores, análise de riscos, identificação de pontos de entrada e estabelecimento de regras claras de participação. As mediadoras destacam que esse tipo de processo demanda tempo, disposição para a contenção emocional e uma compreensão profunda do contexto político e cultural no qual se desenvolvem.

Um aspecto distintivo dessa estratégia é seu enfoque gradual. As entrevistadas assinalam que os diálogos improváveis não surgem espontaneamente, mas requerem condições específicas de confiança, segurança e respeito. Em muitos casos, os primeiros encontros não se orientam à resolução imediata do conflito, mas sim a estabelecer contato, compartilhar experiências ou reconhecer a legitimidade da outra parte como interlocutora.

Essa aproximação permite reduzir tensões, diminuir estereótipos e construir as bases para negociações futuras.

Outro componente importante é o uso de metodologias participativas adaptadas ao perfil dos atores envolvidos. Algumas mediadoras recorreram a ferramentas como círculos de palavra, exercícios de memória coletiva, enfoques restaurativos ou técnicas narrativas, que permitem integrar dimensões emocionais, históricas e simbólicas ao diálogo. Essas metodologias têm facilitado o envolvimento ativo dos participantes e têm fortalecido o caráter horizontal do processo.

A promoção desse tipo de encontros tem sido fundamental para avançar em processos de paz onde as rotas institucionais tradicionais se encontram estagnadas ou carecem de legitimidade social. Ao gerar pontes entre setores que não compartilham visões nem trajetórias comuns, os diálogos improváveis têm contribuído para reconfigurar cenários de polarização e abrir possibilidades para uma mediação mais inclusiva, contextualizada e sustentada.

A sistematização dessas experiências pode oferecer insumos relevantes para o desenho de processos de diálogo em ambientes fragmentados, nos quais o estabelecimento de acordos requer primeiro o reconhecimento e a reconstrução de vínculos básicos de interlocução.

### 3. Enfoque humanista e de territorialidade.

As entrevistas analisadas revelam que uma parte substantiva das estratégias empregadas pelas mulheres mediadoras se constrói a partir de um enfoque humanista e de territorialidade. Esse enfoque parte da premissa de que os processos de mediação não são exclusivamente técnicos nem neutros, mas estão profundamente vinculados às realidades locais, às memórias sociais e às dinâmicas culturais dos territórios onde se desenvolvem. As mediadoras que aplicam esse enfoque priorizam o reconhecimento das pessoas envolvidas não apenas como atores do conflito, mas como sujeitos com trajetórias, vínculos e direitos.

A partir dessa perspectiva, a mediação se estrutura em torno de relações e não unicamente de interesses. O enfoque humanista implica atender não só aos elementos materiais do conflito, mas também às suas dimensões subjetivas, como a dor, a perda, o luto ou a desconfiança. As entrevistadas assinalam que considerar esses aspectos tem sido fundamental para construir processos de diálogo mais legítimos e sustentáveis, especialmente em comunidades afetadas por ciclos prolongados de violência ou exclusão.

No que diz respeito ao enfoque territorial, as estratégias de mediação desenvolvidas se baseiam em uma compreensão profunda do contexto. As mediadoras destacam a importância de conhecer os códigos culturais, as dinâmicas comunitárias, as estruturas locais de autoridade e os antecedentes do conflito em cada território. Essa proximidade lhes permite adaptar os métodos e os tempos do processo de diálogo, evitando a aplicação mecânica de modelos genéricos ou importados que não respondem às necessidades específicas dos atores envolvidos.

Da mesma forma, identificam-se esforços para articular o processo de mediação com outras agendas locais, como o acesso a serviços, a

participação cidadã, a justiça comunitária ou a defesa do território. Isso reforça o caráter integral do enfoque e contribui para que os processos de diálogo não sejam percebidos como intervenções isoladas, mas como parte de um processo mais amplo de transformação social.

O enfoque humanista e territorial também se reflete na priorização de espaços seguros, onde as pessoas possam se expressar sem temor de represálias nem revitimização. As mediadoras têm implementado mecanismos para garantir a confidencialidade, a contenção emocional e o respeito aos ritmos de cada grupo. Esses aspectos têm sido chave para sustentar a participação ativa de setores historicamente excluídos, incluindo mulheres, jovens, pessoas deslocadas ou povos e comunidades indígenas.

A aplicação sistemática desse enfoque tem permitido fortalecer a legitimidade dos processos de mediação, aumentar sua capacidade de adaptação a contextos diversos e ampliar seu impacto para além do curto prazo. Seu reconhecimento pode oferecer elementos valiosos para o desenho de metodologias mais inclusivas e culturalmente pertinentes em cenários de conflito.

#### 4. Alianças com movimentos sociais, redes feministas e organizações de base



Uma estratégia-chave identificada nos depoimentos das entrevistadas é a articulação com movimentos sociais, redes feministas e organizações de base. Essas alianças têm sido fundamentais para ampliar o alcance das iniciativas de mediação, dotá-las de legitimidade territorial, contribuir para a compreensão de contextos e dinâmicas locais e fortalecer a capacidade de incidência política das mulheres mediadoras em ambientes institucionais. Longe de constituírem um apoio periférico, essas conexões têm sido descritas como uma fonte de respaldo estrutural, epistêmico, estratégico e coletivo.

As mediadoras que participam de processos de diálogo a partir do âmbito comunitário ou da sociedade civil destacam que sua vinculação com movimentos sociais tem permitido visibilizar agendas de paz construídas desde as margens, assim como impulsionar temas que nem sempre são priorizados nos marcos oficiais. Entre esses temas encontram-se a justiça com enfoque interseccional e perspectiva de gênero, o reconhecimento de violências históricas, a memória coletiva e os direitos territoriais.

Por sua vez, a pertença a redes feministas tem facilitado a circulação de conhecimentos, metodologias e ferramentas adaptadas ao trabalho em contextos de conflito. Várias entrevistadas ressaltam que essas redes têm sido espaços de formação contínua, reflexão crítica e acompanhamento entre pares, onde se compartilham experiências, se ajustam estratégias e se desenham intervenções coletivas. Essa dimensão colaborativa tem

contribuído para evitar o isolamento e fortalecer o posicionamento político das mediadoras diante de cenários institucionais que podem ser restritivos ou excludentes.

**Por sua parte, as alianças com movimentos sociais favoreceram a articulação entre distintos níveis de ação: local, nacional, regional e internacional. Em vários casos, as redes de mulheres permitiram escalar demandas específicas para plataformas multilaterais ou mecanismos internacionais de direitos humanos. Esta capacidade de incidência foi crucial para introduzir enfoques interseccionais em acordos, marcos normativos ou políticas públicas vinculadas à paz e à segurança.**

Outro aspecto assinalado é o papel dessas alianças na proteção e sustentabilidade do trabalho de mediação. Em contextos de alta exposição, as redes de apoio têm desempenhado funções de alerta precoce, respaldo político e acompanhamento psicossocial, o que tem permitido manter a participação ativa de mulheres que enfrentam riscos derivados de sua atuação. Essas alianças não só reforçam a capacidade técnica das mediadoras, mas também configuram uma dimensão coletiva do processo de paz. Reconhecer seu papel pode contribuir para desenhar estratégias mais integrais que conectem a mediação institucional com as dinâmicas sociais que impulsionam transformações a partir dos territórios.

## 5. Adaptação institucional e diplomática

Um número significativo de mulheres mediadoras desenvolveu estratégias de adaptação dentro de estruturas institucionais e diplomáticas, com o objetivo de incorporar enfoques de paz, igualdade e transformação do conflito a partir de dentro dos marcos formais. Essas estratégias têm sido fundamentais para posicionar temas nem sempre priorizados nas agendas oficiais, como o enfoque de gênero, a participação comunitária ou a justiça restaurativa.

A adaptação institucional tem se manifestado por meio de mudanças graduais na linguagem, na programação e na operação de determinadas dependências públicas ou multilaterais. Algumas entrevistadas relatam como, a partir de cargos técnicos ou de direção média, têm incorporado enfoques de resolução de conflitos que, embora nem sempre sejam denominados institucionalmente como “mediação”, correspondem a práticas plenamente reconhecidas no campo da transformação de conflitos. Essas práticas incluem facilitar o diálogo, prevenir a escalada de tensões e articular pontes entre distintos níveis do Estado e a sociedade civil.

Um exemplo comum dessa adaptação é o uso estratégico da linguagem. Várias mediadoras explicam que, para contornar resistências ou limitações formais, têm optado por utilizar termos como “construção de paz”, “gestão colaborativa de conflitos” ou “incidência territorial”, em vez de “mediação”, especialmente em contextos onde esse termo está juridicamente restrito ou pouco reconhecido institucionalmente. Essa flexibilidade discursiva tem permitido avançar na implementação de metodologias participativas sem contrariar marcos normativos existentes. Da mesma forma, identificam-se esforços para criar ou fortalecer unidades internas de trabalho intersetorial, comitês de participação ou

mecanismos de diálogo vinculados a programas de desenvolvimento, governabilidade ou atenção a populações afetadas por conflitos. Por meio desses espaços, as mediadoras têm contribuído para institucionalizar práticas de facilitação que, embora nem sempre sejam formalizadas como políticas públicas, têm tido um impacto direto na resolução de tensões locais e na melhoria da comunicação entre atores diversos.

A diplomacia também tem sido um terreno onde as mulheres mediadoras têm aplicado estratégias de incidência. Algumas têm trabalhado a partir de representações oficiais, organismos multilaterais ou espaços de cooperação internacional, introduzindo de maneira progressiva o enfoque de construção de paz nos marcos de ação exterior. Essas estratégias têm sido fundamentais para articular agendas nacionais com compromissos internacionais, especialmente no que diz respeito a gênero, direitos humanos e participação cidadã.

Essa capacidade de adaptação institucional e diplomática permite avançar na integração de práticas transformadoras dentro de estruturas formais, sem depender exclusivamente de reformas legais ou mudanças estruturais prévias. Seu reconhecimento pode contribuir para fortalecer os vínculos entre a mediação comunitária e as políticas públicas de paz.

## 6. Uso de ferramentas internacionais

Um componente estratégico ident... é o

uso de mecanismos e ferramentas do sistema internacional para respaldar ou ampliar a incidência das mulheres mediadoras em contextos nacionais ou locais. Essas ferramentas, principalmente normativas e procedimentais, têm sido empregadas como recursos complementares quando as vias institucionais internas apresentam limitações, resistência ou falta de abertura à participação substantiva das mulheres nos processos de paz.

As entrevistadas mencionam o recurso a instrumentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Agenda Mulheres, Paz e Segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Exame Periódico Universal e, em alguns casos, procedimentos perante organismos regionais de direitos humanos. Essas ferramentas não são utilizadas de maneira isolada, mas integradas em estratégias de incidência mais amplas, em articulação com redes feministas, organizações da sociedade civil e plataformas multilaterais.

O uso desses mecanismos tem permitido visibilizar demandas específicas que não têm sido suficientemente atendidas em nível interno, como a exclusão de mulheres em processos de negociação, a ausência de medidas de proteção diante de riscos derivados da mediação ou a necessidade de incorporar um enfoque interseccional nos marcos de paz. Em certos casos, as observações ou recomendações emitidas por esses organismos têm sido utilizadas como respaldo para gerar processos de diálogo, ativar rotas institucionais ou promover reformas normativas.

Outro aspecto relevante é que essas ferramentas têm contribuído para gerar pressão política em momentos-chave do

processo de paz. Sua incorporação tem fortalecido os argumentos das mulheres mediadoras ao proporcionar marcos jurídicos internacionalmente reconhecidos, o que tem facilitado o diálogo com tomadores de decisão, atores estatais e organismos cooperantes. Em ambientes onde as agendas de gênero ou comunitárias são percebidas como marginais ou até mesmo “ideológicas”, o uso de marcos internacionais tem permitido situá-las como parte dos compromissos assumidos pelo Estado.

Além disso, as ferramentas internacionais têm funcionado como dispositivos formativos. Algumas entrevistadas mencionam que tiveram acesso a capacitações, materiais de referência ou espaços de intercâmbio promovidos por organismos multilaterais, o que ampliou suas capacidades técnicas e lhes permitiu adaptar suas estratégias a marcos globais de direitos e paz. O uso articulado de ferramentas internacionais não substitui as ações locais, mas as reforça, oferecendo respaldo normativo, visibilidade e legitimidade externa. Sua integração nos processos de mediação pode potencializar a incidência das mulheres em contextos onde as margens de manobra institucional são limitadas.

Em conjunto, as estratégias sistematizadas a partir dos relatos de mulheres mediadoras

**O uso desses mecanismos tem permitido visibilizar demandas específicas que não têm sido suficientemente atendidas em nível interno.**

evidenciam não só uma capacidade adaptativa diante de contextos adversos, mas também uma contribuição metodológica concreta à construção da paz desde uma perspectiva feminista, territorial e transformadora. Essas práticas, que vão desde a escuta ativa até a diplomacia institucional, configuram um repertório de saberes que tem permitido sustentar processos de diálogo em cenários historicamente excludentes ou marcados pela fragmentação social.

Reconhecer essas estratégias implica também visibilizar os modos pelos quais as mulheres reconfiguram o campo da mediação para além das fórmulas convencionais, inserindo-se em circuitos formais e informais de poder, mobilizando marcos normativos internacionais e articulando redes de solidariedade feminista. Esse reconhecimento é fundamental não só para valorizar seu papel na gestão de conflitos, mas também para repensar os marcos institucionais de participação política a partir de uma lógica mais inclusiva e corresponsável.



#### IV. Participação das mulheres e assimetrias de poder

---

Neste eixo analisam-se os distintos níveis e formas de participação das mulheres nas estruturas de poder vinculadas à mediação e à construção da paz. Identificam-se as limitações persistentes no acesso, os mecanismos informais que condicionam a representação e as estratégias que têm sido empregadas para ampliar as margens de ação em contextos formais e informais. A análise permite visibilizar não apenas as desigualdades na distribuição de funções, mas também as condições estruturais que continuam configurando um modelo de liderança excludente e pouco permeável à diversidade de trajetórias, saberes e enfoques que as mulheres aportam aos processos de paz.

Embora as estratégias de mediação desenvolvidas por mulheres tenham demonstrado uma capacidade significativa de incidência em nível comunitário, institucional e transnacional, sua participação efetiva nas estruturas de poder continua sendo um terreno desigual. As entrevistas realizadas revelam que, apesar dos avanços normativos em matéria de inclusão e igualdade de gênero, persistem múltiplas barreiras —formais e informais— que restringem o acesso das mulheres aos espaços onde se tomam as decisões estratégicas nos processos de paz. Analisar as tensões entre a inclusão simbólica e a participação substantiva, bem como as formas pelas quais se reproduzem lógicas hierárquicas, redes excludentes e critérios de legitimação que dificultam a presença ativa de mulheres em posições de liderança, permite identificar os mecanismos institucionais e culturais que perpetuam as assimetrias de poder, assim como as estratégias que algumas mediadoras têm desenvolvido para disputar ou transformar esses espaços.

Neste marco, as mulheres especialistas

entrevistadas coincidem em assinalar que, embora sua presença em determinados espaços tenha aumentado, sua participação continua condicionada por fatores institucionais, culturais e operacionais que restringem sua incidência. Em muitos casos, a inclusão se limita a funções técnicas, consultivas ou representativas, sem que lhes sejam atribuídas responsabilidades vinculadas à condução de processos, ao desenho de estratégias de negociação ou à atuação como porta-vozes em espaços de alto nível. Essa situação reproduz dinâmicas de poder historicamente masculinizadas, nas quais as decisões-chave são tomadas em âmbitos restritos, com participação limitada ou nula das mulheres.

Além disso, as estruturas institucionais que, embora formadas por equipes mistas ou até lideradas por mulheres em cargos visíveis, mantêm práticas hierárquicas que dificultam o acesso efetivo a posições de liderança

estratégica. A chamada “mesa pequena”, onde se definem as linhas centrais do processo, continua sendo percebida como um espaço de difícil acesso, regulado por dinâmicas de confiança fechada, redes informais de poder e critérios de seleção pouco transparentes.

É particularmente problemático o escasso reconhecimento da liderança exercida pela sociedade civil, pelas comunidades locais ou pelos movimentos sociais. As mulheres que desempenham funções-chave nesses âmbitos costumam ficar à margem dos marcos oficiais de negociação por falta de acreditação, pela ausência de registros formais ou pela desvalorização dos saberes comunitários. Essa exclusão institucional contrasta com seu papel efetivo na dinamização e sustentação de processos de diálogo. Da mesma forma, as entrevistadas alertam para o risco de cooptação institucional, na qual as agendas de gênero são integradas de forma superficial ou instrumental, sem mecanismos efetivos de acompanhamento nem capacidade de transformação. Esse tipo de inclusão aparente gera uma falsa sensação de avanço, enquanto as estruturas de poder permanecem inalteradas.

## 1. Sub-representação e participação simbólica

A participação das mulheres nas estruturas de poder vinculadas à mediação e à construção da paz continua marcada por uma sub-representação persistente, especialmente nos espaços onde se definem as estratégias centrais. Embora tenha havido avanços em termos de inclusão normativa ou presença numérica, estes nem sempre se traduzem em uma participação substantiva nem em um acesso real à tomada de decisões. Em múltiplos contextos, as mulheres são incorporadas com fins simbólicos ou como parte de compromissos institucionais, mas sem vínculos efetivos com os núcleos de negociação nem incidência direta nas decisões estratégicas.

Essa exclusão não responde necessariamente a uma falta de capacidades, mas a dinâmicas institucionais e históricas que continuam privilegiando modelos hierárquicos e masculinizados de liderança. Os critérios de seleção costumam favorecer trajetórias diplomáticas, tecnocráticas ou vinculadas a redes políticas fechadas, o que gera um viés estrutural que relega as mulheres a funções técnicas, consultivas ou representativas, sem peso decisório real. Mesmo em equipes formalmente paritárias, a tomada de decisões costuma se concentrar em figuras masculinas ou naquelas que reproduzem práticas de poder tradicionais.

A participação simbólica, nesse contexto, manifesta-se como uma presença que legitima formalmente os processos, mas não permite exercer uma influência real. As entrevistadas relatam que, em muitas ocasiões, sua intervenção se limita a temas periféricos e que não são incluídas no desenho, no acompanhamento ou na avaliação dos acordos. Essa dinâmica limita a possibilidade de introduzir enfoques transformadores, promove a fragmentação temática e reforça uma divisão de funções que invisibiliza a contribuição política das mediadoras.

Além disso, essa forma de inclusão limitada implica exigências adicionais: as mulheres devem justificar continuamente sua presença, responder simultaneamente a expectativas institucionais e comunitárias e sustentar sua legitimidade sem um respaldo estrutural que garanta condições equitativas. Essa sobrecarga, somada à exclusão dos espaços estratégicos, debilita sua posição nos processos de paz e reforça as brechas de poder existentes.

Diante dessa situação, as entrevistadas coincidem na urgência de revisar não apenas os marcos normativos, mas também as estruturas internas que condicionam o acesso e a influência. Promover uma participação substantiva implica garantir condições em todas as fases do processo — desde o desenho até a implementação —, bem como reconhecer distintos tipos de liderança, trajetórias e formas de conhecimento. Só assim será possível avançar em direção a modelos de mediação verdadeiramente inclusivos e representativos.

## 2. Teto de vidro institucional

Para além da sub-representação numérica nos espaços de decisão, as entrevistas evidenciam a existência de barreiras menos visíveis, mas profundamente enraizadas nas estruturas vinculadas à mediação e à construção da paz. Essas barreiras conformam o que muitas entrevistadas identificam como um “teto de vidro”: um conjunto de dinâmicas institucionais, critérios de legitimação e práticas simbólicas que dificultam o acesso das mulheres a posições de liderança, mesmo quando já fazem parte das equipes de trabalho.

Outro mecanismo identificado é a distribuição diferenciada de funções no interior das equipes. Embora algumas mulheres ocupem formalmente postos de responsabilidade, sua participação costuma circunscrever-se a tarefas de logística, comunicação ou facilitação, enquanto a definição de agendas,

as falas públicas ou a interlocução com atores de alto nível continuam nas mãos de figuras masculinas. Essa diferenciação reforça uma hierarquização simbólica que mina sua autoridade.

O teto de vidro também se fortalece pela ausência de políticas organizacionais que reconheçam a necessidade de conciliar a vida laboral com as responsabilidades de cuidado. A falta de medidas de corresponsabilidade ou de flexibilidade institucional penaliza as trajetórias de mulheres que, por razões familiares ou comunitárias, não podem manter uma disponibilidade permanente. Essa penalização repercute em sua projeção institucional e reduz suas oportunidades de liderança a longo prazo.

Finalmente, várias entrevistadas apontam a persistência de padrões de validação enviesados, segundo os quais suas propostas ou diagnósticos requerem uma legitimação externa para serem considerados no mesmo nível que os de seus colegas homens. Essa desconfiança sistemática em relação ao critério profissional das mulheres — mesmo em contextos onde elas têm maior conhecimento do território ou do conflito — revela uma cultura institucional que ainda não internalizou plenamente os princípios de igualdade substantiva.

Romper esse teto de vidro implica revisar os modelos de promoção, as estruturas hierárquicas e os sistemas de reconhecimento dentro das organizações vinculadas à paz. Também exige habilitar mecanismos de monitoramento e avaliação que tornem visíveis as trajetórias femininas não convencionais e revalorizem a experiência daquelas que têm sustentado processos de diálogo desde perspectivas relacionais, comunitárias e transformadoras.

### 3. Falta de reconhecimento formal

A ausência de reconhecimento formal do trabalho que muitas mulheres realizam em processos de mediação é uma das principais limitações, especialmente quando sua atuação se dá em espaços comunitários, sociais ou territoriais. Esse déficit institucional afeta sua visibilidade, sua capacidade de incidência e sua inclusão nas estruturas oficiais de tomada de decisões. Em diversos contextos, as mulheres mediadoras atuam como articuladoras-chave entre atores sociais, autoridades locais, instituições do Estado e organismos multilaterais. No entanto, sua participação costuma ficar à margem dos registros institucionais, das equipes técnicas acreditadas ou dos mecanismos formais de representação. A falta de esquemas de acreditação, registros oficiais ou protocolos de inclusão limita o reconhecimento dessas mediadoras como atores legítimos nos marcos oficiais dos processos de paz.

Esse vazio institucional não só afeta a legitimidade externa de seu trabalho, como também tem consequências práticas. A exclusão de espaços de formação, a falta de acesso a recursos, a ausência de respaldos legais ou logísticos e a omissão em documentos oficiais, atas ou acordos dificultam que o trabalho realizado tenha continuidade ou possa

**La falta de reconocimiento no siempre responde a desconocimiento, sino a una lógica institucional que prioriza perfiles o trayectorias determinadas que continúan siendo sesgadas**

ser sistematizado como parte do processo formal. Em muitos casos, as mediadoras são obrigadas a sustentar sua participação mediante esforços pessoais ou comunitários, sem contar com garantias institucionais que respaldem sua atuação.

As entrevistadas também indicam que a falta de reconhecimento nem sempre responde ao desconhecimento, mas sim a uma lógica institucional que prioriza determinados perfis ou trajetórias que continuam sendo enviesados. O peso dado a credenciais formais, afiliações políticas ou experiência diplomática pode excluir mulheres com ampla trajetória na gestão de conflitos em nível local, que operam a partir de conhecimentos situados, práticas culturais específicas ou lideranças não convencionais.

Essa omissão tende a reproduzir desigualdades no interior dos processos. As mulheres sem reconhecimento formal têm menor acesso a informação estratégica, menor margem para incidir nas decisões e maiores dificuldades para serem consideradas em processos posteriores. Essa situação fragiliza a representatividade dos espaços de mediação e reduz a diversidade de vozes. Incluir rotas de acreditação flexíveis, sistemas de mapeamento territorial e critérios de inclusão mais amplos pode contribuir para integrar de maneira mais equitativa aquelas que já desempenham um papel ativo na construção da paz.

#### 4. Espaços ganhos por mérito individual frente à ausência de mecanismos estruturais

A análise das entrevistas mostra que uma parte significativa das mulheres que participam de processos de mediação e construção da paz acessou espaços estratégicos a partir de sua trajetória individual, de sua capacidade técnica ou de seu reconhecimento por parte de atores-chave. No entanto, esse acesso não tem sido produto de estruturas institucionais desenhadas para garantir sua participação, mas do esforço sustentado das próprias mediadoras para se posicionarem dentro de marcos organizativos que, em muitos casos, não contemplam mecanismos formais de inclusão.

As entrevistadas relatam trajetórias marcadas pelo trabalho constante em campo, pela geração de confiança com diversos atores e pela consolidação de saberes técnicos e metodológicos que lhes permitiram ser convocadas ou consideradas em determinados processos. Nesse sentido, o acesso a funções estratégicas tem sido resultado de uma acumulação de experiência, legitimidade social e vínculos construídos ao longo do tempo, mais do que de políticas públicas, normativas internas ou procedimentos institucionais que favoreçam uma participação estrutural e sustentada.

Essa dinâmica tem implicações importantes. Ao depender de trajetórias individuais, o acesso das mulheres a espaços de decisão pode ser instável, condicionado por conjunturas políticas, mudanças nas administrações ou rotação de equipes. Na ausência de estruturas institucionalizadas que reconheçam e respaldem seu trabalho, muitas mediadoras devem sustentar sua participação mediante relações pessoais, capital social ou reconhecimento informal, o que limita a possibilidade de construir carreiras profissionais estáveis no campo da mediação.

As entrevistadas coincidem em que seria desejável avançar em direção a modelos institucionais que não apenas reconheçam o mérito individual, mas que gerem condições equitativas e sustentáveis para o acesso, a permanência e o desenvolvimento profissional das mulheres mediadoras. Isso implica construir estruturas que valorizem distintos tipos de experiência, que garantam processos transparentes de seleção e que estabeleçam rotas claras de formação, acreditação e ascensão.

O reconhecimento do mérito individual não é incompatível com o fortalecimento estrutural. Pelo contrário, institucionalizar os aprendizados derivados dessas trajetórias pode contribuir para democratizar o acesso a espaços de decisão e para consolidar uma mediação mais representativa, diversa e eficaz.

## V. Recomendações e propostas de melhora

---

A partir da análise transversal das entrevistas realizadas com mulheres mediadoras e construtoras de paz, identificam-se uma série de propostas orientadas a melhorar as condições para sua participação substantiva nos processos de mediação, bem como para fortalecer a eficácia, a legitimidade e a sustentabilidade desses processos como um todo. As recomendações que surgem não se apresentam como uma lista fechada ou uniforme, mas como uma síntese de experiências práticas, lacunas institucionais detectadas e enfoques metodológicos testados em diversos níveis de intervenção.

As entrevistadas coincidem em que medidas isoladas ou simbólicas não são suficientes para transformar os padrões estruturais que limitam a participação das mulheres na construção da paz. Conseqüentemente, as propostas reunidas apontam para uma perspectiva integral, que combine reformas institucionais, ações operativas, enfoques interseccionais e interculturais e processos de formação continuada. Essa perspectiva busca incidir tanto nos marcos normativos quanto nas práticas cotidianas que configuram a arquitetura da mediação em distintos contextos.

Um primeiro conjunto de recomendações se refere à necessidade de institucionalizar o papel das mulheres mediadoras, mediante a criação de estruturas formais, unidades especializadas e rotas de acreditação que reconheçam sua experiência e permitam sua integração em processos oficiais. Isso inclui alocações orçamentárias específicas, protocolos de participação e mecanismos de monitoramento que garantam sua presença ativa e reconhecimento em todas as fases do processo.



Outro grupo de propostas se concentra no fortalecimento de capacidades e na geração de condições de trabalho adequadas. As entrevistadas destacam a importância de contar com programas de formação técnica em mediação a partir de enfoques interseccionais, bem como com mecanismos de proteção, redes de apoio psicossocial e políticas de conciliação que tornem possível uma participação contínua, segura e reconhecida.

Da mesma forma, são propostas estratégias para ampliar a base de inclusão nos processos de paz, reconhecendo as múltiplas formas de liderança exercidas pelas mulheres em âmbitos territoriais, comunitários, institucionais ou diplomáticos. Nesse sentido, propõe-se diversificar os critérios de seleção de perfis, incluir mecanismos de mapeamento e validação de experiências não tradicionais e garantir espaços de participação com condições de igualdade. Paralelamente, enfatiza-se a necessidade de reconhecer as estratégias de segurança comunitária impulsionadas por mulheres em seus territórios, integrando-as como parte dos marcos de proteção e articulação institucional.

Um eixo transversal nas recomendações é a articulação entre atores estatais, multilaterais e sociais. A criação de alianças interinstitucionais, o fortalecimento de redes regionais de mediadoras e o uso estratégico de ferramentas internacionais são apontados como elementos chave para sustentar avanços ao longo do tempo, gerar aprendizados compartilhados e fortalecer a interlocução entre os níveis de decisão.

As propostas desenvolvidas neste eixo não buscam apenas melhorar a participação das mulheres nos processos de mediação, mas contribuir para a construção de modelos de paz mais representativos, eficazes e adaptados à complexidade dos contextos atuais, integrando também dimensões étnicas, territoriais e de

segurança comunitária. Sua incorporação em políticas públicas, programas de cooperação e estruturas multilaterais pode aportar insumos valiosos para avançar rumo a cenários de maior igualdade, legitimidade e sustentabilidade na resolução de conflitos.

## A. Nível institucional

### 1. Institucionalizar a mediação e construção de paz com enfoque interseccional

A maior parte das mulheres que desempenham funções de mediação o faz sem que exista um marco normativo, operacional ou orçamentário que formalize sua participação, o que limita tanto sua capacidade de incidência quanto as condições para sustentar seu trabalho ao longo do tempo. A falta de institucionalização implica que o exercício da mediação dependa, em muitos casos, de esforços individuais, decisões discricionárias ou apoios informais. Isso gera uma situação de vulnerabilidade estrutural, na qual a participação das mulheres pode ser excluída, descontinuada ou invisibilizada sem mecanismos de prestação de contas nem rotas claras de acesso ou permanência. As entrevistadas propõem reverter essa lógica mediante a criação de figuras oficiais de mediadoras ou negociadoras, definidas por critérios técnicos, experiência acumulada e conhecimento contextual.

A institucionalização também requer o desenvolvimento de unidades específicas dentro de estruturas governamentais ou multilaterais encarregadas da gestão de conflitos. Essas unidades poderiam ser responsáveis por coordenar equipes de mediação com perspectiva de gênero, gerar convocatórias abertas e transparentes, e desenhar rotas de acreditação e formação contínua. Além disso, sua existência permitiria integrar o trabalho das mediadoras aos sistemas de monitoramento, avaliação e documentação dos processos de paz.

Outro componente-chave é a alocação de recursos orçamentários. A mediação não pode se sustentar de forma voluntária ou informal se o objetivo for garantir sua qualidade, sustentabilidade e legitimidade. A criação de linhas orçamentárias específicas para esse fim permitiria cobrir honorários, despesas logísticas, medidas de proteção e condições básicas de trabalho, especialmente em contextos de alta exigência ou exposição. Propõe-se estabelecer mecanismos de reconhecimento formal para aquelas mulheres que, mesmo fora das estruturas tradicionais, tenham acumulado experiência significativa em resolução de conflitos. Isso poderia incluir processos de mapeamento territorial, validação de saberes comunitários ou reconhecimento institucional de trajetórias não convencionais, o que ampliaria a base de participação e diversificaria os perfis nas equipes de mediação. Avançar na institucionalização do papel da mediadora, a partir do reconhecimento de seu trabalho e de seu potencial, não apenas tem efeitos sobre as condições de participação das mulheres, como também fortalece a arquitetura dos processos de paz ao incorporar enfoques, capacidades e práticas com eficácia comprovada em contextos diversos.

## **A institucionalização também requer o desenvolvimento de unidades específicas dentro de estruturas governamentais ou multilaterais encarregadas da gestão de conflitos**

### **2. Estabelecer mecanismos que possam ir mais além de cotas vinculantes**

Uma das recomendações mais consistentes derivadas da análise é a necessidade de fortalecer os marcos normativos e operativos que garantam a participação substantiva das mulheres nos processos de mediação e construção da paz. As entrevistadas coincidem em que, ainda que existam avanços em termos de inclusão formal, particularmente por meio de mecanismos de representação ou presença paritária em alguns espaços, essas medidas nem sempre asseguram uma incidência efetiva nas decisões estratégicas.

Nesse sentido, propõe-se avançar rumo ao estabelecimento de mecanismos que vão além de cotas vinculantes que assegurem a presença de mulheres em espaços de tomada de decisões, permitindo-lhes ter atribuições reais. Dessa forma, não apenas se obriga as instituições responsáveis pelos processos a garantir a participação numérica, mas também a distribuição equitativa em níveis hierárquicos, papéis de liderança e comissões-chave.

Essa medida deve vir acompanhada de mecanismos de monitoramento orientados a avaliar a participação substantiva das mulheres. Isso implica gerar indicadores de qualidade e não apenas de quantidade, capazes de identificar se as mulheres que integram os processos têm acesso a informação estratégica, intervêm nas decisões centrais, lideram componentes técnicos ou temáticos, e são consultadas de maneira sistemática ao longo das distintas fases do processo. As entrevistadas também sugerem que esse monitoramento deve ser independente, periódico e público. A participação de observatórios da sociedade civil, redes especializadas ou mecanismos de avaliação externos pode fortalecer a transparência e oferecer retroalimentação útil para os atores

envolvidos. Do mesmo modo, os relatórios de avaliação podem converter-se em insumos para melhorar o desenho de futuras intervenções, ajustar procedimentos internos ou visibilizar práticas exitosas.

Por fim, enfatiza-se que a implementação dessas medidas deve estar acompanhada de processos de formação institucional e sensibilização dirigidos às pessoas que tomam decisões. A garantia de participação substantiva não se limita a uma dimensão normativa, mas requer também condições culturais, organizacionais e políticas que valorizem de forma equitativa as contribuições das mulheres aos processos de construção da paz. O estabelecimento de cotas vinculantes e mecanismos de monitoramento efetivos constitui um passo concreto rumo à redistribuição do poder nos espaços de mediação, promovendo uma inclusão com impacto real e mensurável.

### **3. Criar sistemas de mapeamento e credenciamento de mulheres mediadoras e mulheres construtoras de paz a nível local, nacional e regional**

Uma recomendação central surgida da análise das entrevistas é a necessidade de estabelecer sistemas formais e sustentados de mapeamento, reconhecimento e acreditação de mulheres mediadoras (que não sejam incriminatórios) e construtoras de paz. As entrevistadas coincidem em que, atualmente, existe uma ampla presença de mulheres que desenvolvem funções-chave na prevenção e transformação de conflitos, tanto em contextos institucionais como comunitários. No entanto, grande parte desse trabalho permanece invisibilizado ou fora do alcance dos mecanismos oficiais de registro, reconhecimento e articulação.

A criação de sistemas de mapeamento permitiria identificar, documentar e visibilizar as mulheres que já exercem funções de mediação em distintos níveis e âmbitos de ação. Esse mapeamento deve contemplar critérios amplos

e sensíveis ao contexto, que reconheçam tanto a mediação formal quanto a não formal, e que valorizem as trajetórias territoriais, comunitárias, intergeracionais e interculturais. Seu objetivo principal não é controlar, nem regular, mas dar visibilidade, sistematizar capacidades existentes e facilitar sua integração em espaços de tomada de decisões.

O processo de mapeamento deve vir acompanhado de um sistema de acreditação flexível e transparente, que permita validar as competências adquiridas por diversas vias. Isso inclui não apenas a formação acadêmica, mas também a experiência prática acumulada na gestão de conflitos, na liderança social ou na facilitação de processos de diálogo. A acreditação não deve funcionar como um filtro excludente, mas como um mecanismo de reconhecimento profissional que reforce a legitimidade do trabalho das mulheres mediadoras perante atores estatais, multilaterais e sociais.

Tanto o mapeamento quanto a acreditação deveriam ser desenhados com uma lógica multiescala, permitindo sua aplicação em nível local, nacional e regional. A articulação entre esses níveis facilitaria a construção de bases de dados interconectadas, o desenho de redes de colaboração entre mediadoras e o fortalecimento de mecanismos de cooperação Sul-Sul. Além disso, permitiria às instituições contar com insumos atualizados para convocações, processos de seleção ou integração de equipes técnicas.

Por fim, sugere-se que esses sistemas sejam desenvolvidos de maneira participativa, envolvendo redes de mulheres mediadoras, organizações de base e atores institucionais com experiência no campo. Sua sustentabilidade dependerá de que contem com respaldo institucional, alocação orçamentária e estruturas operativas que garantam sua atualização periódica, uso ético e coerência com os princípios de diversidade, inclusão e enfoque territorial. Impulsionar

marcos normativos que reconheçam a mediação e a construção de paz não tradicional e comunitária.

#### 4. Promover marcos normativos que reconheçam a mediação e a construção de paz não tradicional e comunitária

Existe uma necessidade crescente de ampliar os marcos normativos existentes para que reconheçam e respaldem formalmente as práticas de mediação e construção de paz exercidas a partir de espaços comunitários e não institucionais. As mulheres entrevistadas assinalam que, embora muitas participem ativamente da prevenção e resolução de conflitos em seus territórios, suas contribuições não são consideradas parte do âmbito formal da mediação, o que limita tanto sua visibilidade quanto seu acesso a recursos, proteção e reconhecimento profissional.

Atualmente, os marcos legais em vários contextos tendem a restringir o conceito de mediação a formatos institucionalizados, procedimentos padronizados ou figuras legalmente autorizadas. Essa concepção exclui práticas desenvolvidas por lideranças locais, articuladoras sociais, defensoras comunitárias ou mulheres que, sem contar com credenciais formais, cumprem funções substantivas na construção de acordos, na facilitação do diálogo e na gestão de conflitos.

Impulsionar um marco normativo mais inclusivo implica reconhecer que a mediação não é uma função exclusiva do âmbito jurídico ou

diplomático, mas uma prática plural, com expressões diversas e enraizamento territorial. As entrevistadas propõem que as normativas nacionais e internacionais integrem definições mais amplas de mediação, que contemplem sua dimensão cultural, relacional e comunitária, assim como os contextos sociais nos quais é exercida. Esse reconhecimento normativo permitiria estabelecer rotas para a integração das mediadoras comunitárias em mecanismos oficiais, assim como sua inclusão em registros, processos de formação, programas de apoio institucional e esquemas de proteção. Também possibilitaria a alocação de recursos específicos para respaldar essas práticas, muitas vezes sustentadas unicamente pelo compromisso voluntário ou comunitário das próprias mediadoras.

A consolidação de um marco normativo ampliado facilitaria a interoperabilidade entre o institucional e o comunitário, permitindo que os processos de paz não se limitem às mesas formais, mas que incorporem as dinâmicas e resoluções que emergem dos territórios. Isso contribuiria para gerar processos mais legítimos, contextualizados e sustentáveis, com uma base social mais ampla e representativa. Para avançar nessa linha, recomenda-se a elaboração participativa de propostas legislativas ou regulamentares, a revisão de marcos existentes com enfoque de gênero e diversidade, e a promoção de espaços de diálogo entre autoridades, organizações comunitárias e especialistas em resolução de conflitos.

### 5. Reconhecer o trabalho de mediação e construção de paz em diplomacia e estruturas estatais como parte integral da construção de paz

As entrevistas refletem uma preocupação recorrente sobre a escassa valorização institucional da mediação e da construção de paz dentro das estruturas diplomáticas e estatais. Apesar de que muitas mulheres participam, a partir desses espaços, de tarefas orientadas à facilitação do diálogo, à prevenção de conflitos e à articulação com atores sociais, essas funções não costumam ser reconhecidas como componentes substantivos da política pública, nem como parte do trabalho estratégico das chancelarias, ministérios ou entidades de governo.

Em múltiplos casos, as atividades de mediação desenvolvidas por funcionárias diplomáticas ou servidoras públicas são assumidas como tarefas complementares ou de acompanhamento, sem que façam parte de suas descrições formais de cargo, de suas rotas de carreira institucional ou de seus esquemas de avaliação profissional. Isso invisibiliza sua contribuição técnica e política e limita a possibilidade de consolidar equipes especializadas com continuidade, formação e condições adequadas.

Reconhecer o trabalho de mediação nesses espaços implica, em primeiro lugar, integrá-lo de maneira explícita nos marcos institucionais de ação exterior, governabilidade, direitos humanos, segurança e desenvolvimento. Isso pode ser realizado por meio de reformas nos perfis de posto, da inclusão de competências específicas nas rotas formativas do serviço público ou diplomático, e da geração de estruturas técnicas dentro das instituições responsáveis por implementar políticas de paz. Além disso, o reconhecimento formal permitiria atribuir recursos orçamentários e técnicos específicos, necessários para profissionalizar e sustentar essas funções. A incorporação da mediação como componente estratégico nas estruturas estatais e multilaterais também facilitaria sua articulação com outras áreas como justiça, educação, desenvolvimento territorial ou atenção a vítimas, ampliando seu alcance e impacto.

Esse reconhecimento não só tem efeitos simbólicos, como também habilita processos de legitimação institucional e abre oportunidades para incidir de forma mais estrutural no desenho e na execução de políticas públicas. Da mesma forma, contribui para consolidar uma visão mais integral da paz, que não se limite a momentos excepcionais de negociação, mas que seja entendida como um processo contínuo, cotidiano e transversal ao fazer estatal. Por fim, requer-se um acompanhamento nas medidas de seguimento e avaliação, que permitam medir o impacto do trabalho de mediação institucional, identificar boas práticas e fortalecer as equipes a partir de aprendizados acumulados.

### 6. Integrar um enfoque interseccional e intercultural nos processos de mediação e de construção de paz

Complementando as recomendações anteriores, propõe-se incorporar de maneira transversal um enfoque interseccional e intercultural no desenho, na implementação e na avaliação dos processos de mediação. As entrevistas revelam a necessidade de reconhecer a diversidade territorial, étnica, linguística e cultural das mulheres mediadoras, assim como os sistemas de conhecimento a partir dos quais exercem seu trabalho. Recomenda-se promover a geração e a difusão de informação acessível e pertinente sobre enfoques territoriais e cosmovisões diversas, assim como fortalecer as capacidades institucionais para sua incorporação operativa.

Isso implica também garantir que os programas de formação, acreditação e monitoramento incluam conteúdos sobre interculturalidade, sistemas normativos próprios, direitos coletivos e mecanismos tradicionais de resolução de conflitos. Integrar essa perspectiva não só amplia a legitimidade dos processos de mediação, como também permite construir acordos mais contextualizados, sustentáveis e culturalmente relevantes, ajustados às realidades complexas das comunidades onde as mulheres já estão atuando como protagonistas-chave de transformação.

## B. Nível operativo

### 1. Fortalecer redes como a RIMM

As entrevistadas coincidem em assinalar a relevância estratégica das redes de mulheres mediadoras, tanto para o intercâmbio técnico como para o respaldo político e emocional em contextos complexos. Em particular, destacam o papel da RIMM como um espaço articulador

que tem permitido visibilizar, conectar e fortalecer o trabalho de mulheres em distintos níveis da mediação e da construção de paz. Fortalecer esse tipo de plataforma é colocado como uma prioridade para consolidar a participação substantiva das mulheres no campo, melhorar suas condições de trabalho e potencializar sua incidência na agenda pública.

Outro componente fundamental é a ampliação da cobertura territorial e setorial da rede, com ênfase na incorporação ativa de mulheres indígenas, afrodescendentes, rurais, jovens e com trajetórias não institucionais. Para isso, sugere-se estabelecer processos de convocatória abertos, acompanhamento técnico às novas integrantes e mecanismos de representação rotativa que permitam uma participação mais horizontal, diversa e descentralizada.

As entrevistadas também sublinham a necessidade de que redes como a RIMM funcionem como espaços de formação contínua e intercâmbio entre pares. Nesse sentido, propõe-se impulsionar programas de mentoria, círculos de estudo, laboratórios de inovação metodológica e grupos de análise que permitam fortalecer as capacidades individuais e coletivas das mediadoras, assim como adaptar seus enfoques a contextos dinâmicos e de alta complexidade.



Destaca-se o papel dessas redes como espaços de respaldo político e proteção coletiva, especialmente em contextos onde as mulheres mediadoras enfrentam riscos por seu trabalho. A existência de uma rede articulada permite ativar alertas precoces, gerar posicionamentos conjuntos e canalizar respaldo institucional diante de situações de assédio, criminalização ou estigmatização.

Como parte das ações de fortalecimento, também se propõe gerar visibilidade nos meios digitais mediante a criação de uma página web específica para a RIMM. Essa plataforma digital funcionaria como repositório de informação, canal de comunicação e ferramenta de articulação regional. Permitirá difundir boas práticas, documentos de trabalho, posicionamentos coletivos, notícias relevantes e convocatórias, assim como promover o reconhecimento público das mulheres mediadoras e suas contribuições para a construção de paz.

Fortalecer redes como a RIMM não só permite consolidar a participação técnica das mulheres mediadoras, como também contribui para construir redes de intercâmbio de conhecimentos, trajetórias e boas práticas baseadas na colaboração, na confiança e na articulação multiescala.

## **2. Formar mulheres em negociação, habilidades brandas, gestão pública e diplomacia**

Uma das recomendações mais reiteradas pelas entrevistadas é a necessidade de fortalecer as capacidades técnicas e estratégicas das mulheres mediadoras mediante programas de formação sustentados, pertinentes e adaptados aos desafios atuais dos processos de paz. Para além da experiência acumulada em campo ou em espaços comunitários, muitas mulheres enfrentam limitações para acessar

oportunidades formativas que lhes permitam consolidar suas trajetórias, diversificar suas ferramentas metodológicas e melhorar suas possibilidades de incidência em ambientes institucionais e multilaterais.

Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento de programas integrais de formação dirigidos especificamente a mulheres que participam ou aspiram participar de processos de mediação e construção de paz. Esses programas devem incluir componentes especializados em negociação, habilidades interpessoais (liderança, comunicação assertiva, gestão emocional), gestão pública e diplomacia, entendidas como competências essenciais para intervir em cenários complexos, com múltiplos atores e marcos institucionais diversos.

As entrevistadas destacam que a formação deve combinar enfoques teóricos e práticos, incluir estudos de caso contextualizados e promover o aprendizado entre pares. Além disso, recomenda-se que os processos formativos contemplem diferentes níveis de entrada, de modo que possam ser acessíveis tanto para mulheres com experiência comunitária como para aquelas com perfis técnicos ou institucionais. Essa flexibilidade permitiria gerar espaços de encontro entre saberes diversos e fomentar uma visão mais ampla da mediação.

Outro elemento fundamental é a incorporação de enfoques interseccionais nos conteúdos e metodologias. A formação não deve replicar modelos tradicionais, mas sim integrar experiências a partir dos territórios, perspectivas interculturais e análises de poder, gênero e exclusão. Isso garantirá que os conhecimentos adquiridos não só sejam tecnicamente sólidos, mas também socialmente relevantes e politicamente sensíveis. Da mesma forma, sugere-se que os programas de

formação contem com certificação reconhecida por instituições estatais, multilaterais ou acadêmicas, o que permitiria às mediadoras acessar processos de acreditação, contratação ou participação em espaços formais com maior respaldo institucional. Essa certificação também contribuiria para profissionalizar o campo da mediação e aumentar sua legitimidade.

Por último, propõe-se que a formação seja acompanhada de rotas de acompanhamento e mentoria, para assegurar a aplicação prática do que foi aprendido, fomentar o desenvolvimento de lideranças sustentáveis e promover a inserção efetiva das mulheres formadas em espaços de incidência. O desenvolvimento de capacidades estratégicas é uma condição fundamental para fechar as brechas existentes na participação substantiva das mulheres nos processos de paz, e para assegurar que suas contribuições se traduzam em decisões, estruturas e resultados concretos.

### 3. Garantir protocolos de cuidado psicossocial e segurança para mediadoras e construtoras de paz expostas a contextos de violência ou estigmatização

As mulheres mediadoras e construtoras de paz que atuam em contextos marcados por conflitos armados, polarização política, violência estrutural ou criminalização enfrentam riscos particulares que afetam sua segurança física, emocional e profissional. As entrevistas evidenciam que, apesar de desempenhar funções estratégicas na transformação de conflitos, essas mulheres costumam fazê-lo sem o respaldo de protocolos institucionais de cuidado e proteção que respondam à especificidade de seu trabalho e ao nível de exposição que implica. Nesse contexto, recomenda-se estabelecer protocolos de atenção psicossocial e segurança diferenciada, desenhados e implementados com enfoque de gênero, interseccionalidade e pertinência territorial. Esses protocolos devem ser parte integral de qualquer processo de mediação impulsionado por instituições estatais, multilaterais ou da sociedade civil, e devem operar tanto na fase prévia, como durante e depois da intervenção.

A partir do enfoque psicossocial, propõe-se a criação de dispositivos de acompanhamento emocional profissional, que incluam espaços de contenção grupal e individual, atendimento especializado e tempos de recuperação definidos. A exposição constante a narrativas de violência, a tensões sociais e a responsabilidades de alta carga emocional requer que as mediadoras contem com apoio estruturado para o processamento de suas experiências, a prevenção do desgaste emocional e o fortalecimento de seu bem-estar integral.

Em termos de segurança, os protocolos devem contemplar medidas preventivas e reativas diante de riscos, tais como sistemas de alerta precoce, planos de evacuação,

acompanhamento jurídico em processos de criminalização, proteção digital, resguardo de identidade e coordenação com entidades de proteção de direitos humanos. Essas medidas devem ser desenhadas em função dos tipos de risco mais frequentes em cada contexto e adaptadas à trajetória e visibilidade pública de cada mediadora. As especialistas também ressaltam que essas medidas não devem estar sujeitas à discricionariedade de autoridades ou doadores, mas sim ser garantidas como parte dos mínimos operacionais em qualquer intervenção em contextos sensíveis. Da mesma forma, deve-se assegurar que as equipes institucionais responsáveis por implementar esses protocolos contem com formação adequada, enfoque ético e mecanismos de confidencialidade.

O desenho e a implementação desses protocolos devem ser realizados de forma participativa, incorporando a experiência das próprias mediadoras, especialistas em proteção e profissionais de saúde mental, com mecanismos claros de monitoramento, avaliação e atualização periódica. Garantir esses cuidados não só protege as mediadoras, como também contribui para a sustentabilidade, legitimidade e eficácia dos processos de paz nos quais participam.

**A partir do enfoque psicossocial, propõe-se a criação de dispositivos de acompanhamento emocional profissional, que incluam espaços de contenção grupal e individual, atendimento especializado e tempos de recuperação definidos**

#### **4. Promover espaços de diálogo intergeracional e regional para conectar lideranças históricas com novas gerações**

Uma recomendação estratégica surgida da análise das entrevistas é a necessidade de fortalecer o diálogo intergeracional entre mulheres mediadoras com trajetórias consolidadas e as novas gerações de mulheres que começam a participar em processos de construção de paz. Esta proposta também inclui a dimensão regional, ao reconhecer o valor de compartilhar experiências entre diferentes territórios, países e contextos sociopolíticos. O objetivo é construir pontes entre saberes, metodologias e formas de liderança diversas, que fortaleçam a continuidade, a legitimidade e a inovação no campo da mediação.

As mulheres entrevistadas reconhecem que muitas das práticas, enfoques e conquistas alcançadas nos últimos anos têm sido impulsionadas por lideranças históricas que emergiram em contextos adversos e a partir da experiência direta do conflito. No entanto, também identificam uma renovação geracional em curso, protagonizada por mulheres jovens com novas ferramentas conceituais, tecnológicas e organizativas, mas que enfrentam barreiras para acessar espaços de mentoria, acompanhamento e validação dentro das estruturas existentes.

Diante desse cenário, propõe-se o desenvolvimento de espaços estruturados de diálogo intergeracional, tais como encontros temáticos, círculos de intercâmbio, processos de mentoria, redes colaborativas ou laboratórios de aprendizagem. Esses espaços devem permitir o reconhecimento mútuo de experiências, a troca horizontal de saberes e a cocriação de novas metodologias que combinem enfoques tradicionais com perspectivas emergentes.

A partir de uma perspectiva regional, sugere-se articular esses diálogos em nível ibero-americano, aproveitando o trabalho acumulado

por redes como a RIMM, plataformas acadêmicas, organizações da sociedade civil e organismos multilaterais que operam em distintos países. A conexão entre lideranças em diferentes territórios pode gerar sinergias para o desenvolvimento de agendas comuns, estratégias compartilhadas de incidência e maior presença coordenada em espaços de decisão.

Esses espaços intergeracionais também podem cumprir uma função chave na transmissão de aprendizados estratégicos, na recuperação da memória organizativa e na identificação de padrões estruturais que têm condicionado a participação das mulheres nos processos de paz. Da mesma forma, permitem antecipar novos desafios, promover a inovação e diversificar as formas de participação, incorporando visões mais amplas sobre os processos de transformação social.

Para que esta recomendação seja efetiva, é necessário garantir condições logísticas, recursos sustentáveis e critérios de inclusão que reconheçam a pluralidade de experiências. A promoção desses espaços contribuirá não apenas para a formação de novas gerações de mediadoras, mas também para a construção de uma narrativa coletiva e regional do aporte das mulheres à paz.

### 5. Visibilizar o trabalho das mediadoras e das construtoras de paz em todos os níveis e garantir sua inclusão em papéis de tomada de decisões

Apesar do papel fundamental na prevenção e transformação de conflitos, o trabalho das mulheres mediadoras e construtoras de paz continua sendo escassamente visibilizado. Sua contribuição costuma estar ausente nos discursos oficiais, nos relatórios institucionais, nas estatísticas públicas e nas representações midiáticas dos processos de paz. Essa invisibilização tem consequências diretas sobre sua capacidade de incidência, o reconhecimento institucional de seu trabalho e seu acesso a espaços de decisão.

Diante disso, recomenda-se implementar estratégias integrais de visibilização que reconheçam, valorizem e posicionem o trabalho das mediadoras em todos os níveis — local, nacional, regional e internacional — e em suas múltiplas formas de exercício. Isso inclui tanto aquelas que atuam a partir de estruturas formais quanto as que o fazem desde o comunitário, o territorial ou o acadêmico, contribuindo para a transformação de conflitos a partir de distintas metodologias e enfoques. As ações de visibilização podem incluir campanhas públicas, sistematização de casos exitosos, produção de materiais audiovisuais, presença na mídia, participação em painéis de alto nível e publicação de pesquisas que documentem suas contribuições. Essas estratégias devem incorporar um enfoque interseccional que permita refletir a diversidade de trajetórias, origens e contextos em que se desenvolve a mediação liderada por mulheres.



No entanto, a visibilização deve vir acompanhada de medidas estruturais que garantam a inclusão efetiva dessas mulheres em papéis de tomada de decisão. Isso implica sua integração formal em comissões de alto nível, equipes de negociação, estruturas institucionais e órgãos consultivos ou deliberativos, com funções claras, atribuições substantivas e acesso a informação estratégica. As entrevistadas coincidem em que a participação simbólica não é suficiente. É necessário garantir que as mulheres mediadoras não apenas estejam presentes, mas que possam influenciar a definição de agendas, marcos operativos e decisões políticas. Para isso, requer-se estabelecer critérios de seleção transparentes, rotas de ascensão profissional, mecanismos de consulta vinculante e condições de trabalho equitativas.

A visibilização do trabalho das mediadoras não é um fim em si mesmo, mas uma condição para transformar as estruturas de poder, diversificar as lideranças e fortalecer a legitimidade dos processos de paz. Reconhecer publicamente seu aporte e assegurar sua participação nos níveis onde se tomam as decisões-chave constitui uma medida necessária para avançar rumo a uma arquitetura de paz mais representativa, eficaz e sustentável.

#### **6. Impulsionar a presença de mulheres mediadoras em espaços-chave de segurança e articular suas colaborações a estratégias institucionais**

Uma preocupação constante expressada nas entrevistas é a escassa participação de mulheres mediadoras nos espaços estratégicos vinculados à segurança. Apesar de contarem com experiência, conhecimentos técnicos e legitimidade territorial, muitas delas são sistematicamente excluídas das estruturas onde são tomadas decisões-chave em matéria de prevenção, gestão de riscos e justiça.

Essa exclusão não só limita sua capacidade de incidência, como também impede que sejam incorporados enfoques mais integrais, preventivos e sustentáveis no desenho de políticas públicas de segurança.

Recomenda-se, portanto, impulsionar a inclusão efetiva das mulheres mediadoras em instâncias de tomada de decisões sobre segurança, tanto em nível local como nacional e regional, garantindo sua participação em comissões, comitês interinstitucionais e órgãos consultivos. Essa participação deve ser reconhecida formalmente e respaldada com mecanismos de representação, acesso a informação estratégica e atribuições substantivas.

Além disso, propõe-se visibilizar e articular os enfoques comunitários e territoriais de segurança que têm sido desenvolvidos por mulheres desde seus próprios contextos, muitas vezes na ausência do Estado. Esses enfoques — baseados no cuidado coletivo, na vigilância comunitária, na construção de confiança e na proteção recíproca — podem enriquecer os marcos institucionais se sua legitimidade for reconhecida, se forem documentados sistematicamente e se forem estabelecidos protocolos de colaboração entre atores comunitários e institucionais. Essa articulação contribuiria para uma visão mais ampla e humanizada da segurança, em consonância com os princípios de paz sustentável e igualdade de gênero.

## VI. O panorama regional

---

A participação das mulheres mediadoras e construtoras de paz na Ibero-América reflete padrões comuns de desigualdade, apesar dos avanços normativos em direitos humanos e paridade de gênero. Sua presença em espaços de negociação continua sendo limitada, especialmente em decisões estratégicas vinculadas à segurança, governança ou acordos de paz. Embora os marcos legais reconheçam seu direito de participar, sua aplicação é dificultada por estruturas institucionais que continuam lhes atribuindo papéis secundários ou vinculados exclusivamente ao enfoque de gênero.

Uma das principais dificuldades é a falta de institucionalização do papel de mediadora. No âmbito diplomático, não existem rotas profissionais claras, orçamentos nem estruturas que reconheçam sua função; e no âmbito comunitário, suas contribuições permanecem invisíveis para as políticas estatais. Essas barreiras se agravam em zonas rurais ou indígenas, onde as mulheres enfrentam discriminação interseccional, menor acesso a recursos e maiores riscos de estigmatização ou criminalização.

Esses desafios se entrelaçam com condições de desgaste emocional e sobrecarga de papéis. Muitas mediadoras atuam em contextos de violência ou alta tensão sem respaldo institucional nem protocolos de autocuidado, sustentando o trabalho por meio de redes pessoais. A isso se soma a segmentação

do trabalho: mesmo quando as mulheres contam com formação em diplomacia, direitos humanos ou gestão de conflitos, costumam ser relegadas a tarefas administrativas, logísticas ou de sensibilização, enquanto a tomada de decisões permanece majoritariamente em mãos masculinas.

No entanto, a região também é cenário de resiliência e construção coletiva. Redes de mulheres mediadoras — formais e informais — têm gerado espaços de intercâmbio, memória estratégica e cooperação regional. A partir dessas experiências, promovem-se enfoques de mediação baseados no cuidado, na escuta ativa, no enfoque territorial e intergeracional. Avançar requer consolidar essas práticas mediante políticas com perspectiva interseccional e intercultural, garantir recursos, reconhecimento, proteção e construir uma agenda regional que valorize as mulheres não apenas como participantes, mas como atrizes estratégicas na paz.

País	Recomendações
<b>País 1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer cotas vinculantes de participação de mulheres em todas as fases dos processos de paz.</li> <li>• Financiar redes de mulheres mediadoras locais e regionais para fortalecer capacidades.</li> <li>• Reconhecer a mediação não tradicional e comunitária como parte integral da construção da paz.</li> <li>• Sistematizar boas práticas a partir da RIMM e difundir experiências ibero-americanas em nível global.</li> <li>• Fortalecer alianças com atores multilaterais, redes regionais e movimentos sociais de base.</li> </ul>
<b>País 2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer critérios de participação para incluir perfis híbridos de mulheres mediadoras e construtoras de paz.</li> <li>• Criar espaços de cooperação técnica e visibilidade para mediadoras e construtoras de paz diplomáticas.</li> <li>• Promover uma narrativa mais inclusiva e deselitizada sobre a mediação e construção da paz feminista.</li> </ul>
<b>País 3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer paridade vinculante em todas as fases de negociação de paz.</li> <li>• Fortalecer o vínculo com processos locais e étnicos.</li> <li>• Impulsionar a formação política de novas gerações de mediadoras e construtoras de paz.</li> </ul>
<b>País 4</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer a estrutura e a operacionalidade da RIMM.</li> <li>• Reconhecer e visibilizar a mediação e a construção de paz liderada por mulheres que não é institucional.</li> <li>• Promover espaços de intercâmbio e cuidado coletivo.</li> </ul>
<b>País 5</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconfigurar a missão da RIMM para incluir uma abordagem mais ampla de paz feminista, territorial e intercultural.</li> <li>• Fomentar redes de cuidado e mentoria para apoiar emocionalmente as mediadoras e construtoras de paz.</li> <li>• Sistematizar e intercambiar boas práticas para fortalecer a mediação e a construção de paz desde as bases.</li> </ul>

Tabela 1. Quadro comparativo com Descobertas e achados e recomendações proporcionados pelas especialistas.

País	Recomendações
<b>País 6</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistematizar boas práticas estatais e criar redes nacionais de mulheres mediadoras e construtoras de paz.</li> <li>• Fortalecer as habilidades socioemocionais e a expressão pública das mediadoras e construtoras de paz.</li> <li>• Promover a sustentabilidade política das agendas de gênero.</li> </ul>
<b>País 7</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer a rede de mulheres mediadoras e construtoras de paz com um enfoque interseccional.</li> <li>• Reconhecer a mediação e a construção de paz comunitária como válidas e estratégicas nos processos de paz.</li> <li>• Criar mecanismos de bem-estar e proteção para as mediadoras e construtoras de paz que enfrentam ameaças.</li> </ul>
<b>País 8</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a legitimidade e a representação territorial por meio de processos democráticos participativos.</li> <li>• Territorializar a agenda de mediação e construção de paz, incorporando direitos econômicos, sociais e culturais.</li> <li>• Fortalecer estratégias de formação em cascata para que as mediadoras e construtoras de paz locais possam replicar conhecimentos em suas comunidades.</li> </ul>

Tabela 1. Quadro comparativo com Descobertas e achados e recomendações proporcionados pelas especialistas.

De forma transversal, como um achado regional, as entrevistadas coincidem em três condições-chave para avançar rumo a uma participação substantiva: a institucionalização da abordagem de gênero, que permita garantir condições mínimas de acesso, permanência e proteção; a inclusão do acompanhamento psicossocial como dimensão estrutural do trabalho de mediação; e a articulação regional como estratégia para fortalecer capacidades, gerar agendas comuns e sustentar o trabalho coletivo para além das fronteiras nacionais.

Nesse sentido, a Rede Ibero-Americana de Mulheres Mediadoras se posiciona como um espaço estratégico para articular esforços, compartilhar metodologias e fortalecer a presença regional das mulheres mediadoras. As entrevistas assinalam sua relevância como plataforma técnica e política, assim como a necessidade de dotá-la de recursos operativos e reconhecimento institucional para definir suas prioridades. Sua consolidação pode contribuir para a criação de rotas mais sustentáveis, diversas e eficazes nos processos de construção de paz na região.

É importante destacar que a RIMM conta com mulheres integrantes provenientes das Forças Armadas, cujas trajetórias foram fundamentais em processos de mediação, gestão de crises e construção de paz desde dentro das estruturas de segurança. Sua participação aporta perspectivas valiosas sobre o funcionamento institucional, os desafios operativos e as possibilidades de transformação desde espaços tradicionalmente masculinizados. Dar visibilidade e reconhecimento a esses perfis permite ampliar a compreensão do papel das mulheres na segurança e fortalecer as articulações entre atores civis e militares no âmbito regional.



Como parte desse processo, propõe-se avançar na consolidação de uma Agenda Regional que articule os aprendizados acumulados, as prioridades comuns e as capacidades instaladas nos países da região. Como ponto de partida, identificam-se três eixos estratégicos iniciais para essa agenda: cuidados, novas tecnologias e violência digital, e novas masculinidades.

### 1. Cuidados

Integrar a abordagem dos cuidados nos processos de mediação implica refletir sobre estratégias para obter o reconhecimento e, com isso, redistribuir as cargas físicas, emocionais e simbólicas que as mulheres enfrentam tanto em seus lares quanto em seu papel de mediadoras. Este eixo busca posicionar o cuidado como responsabilidade institucional, e não como uma dimensão privada ou informal. Incluir políticas de conciliação, esquemas de apoio psicossocial, entre outras, é essencial para garantir uma participação sustentada e igualitária.

### 2. Novas tecnologias e violência digital

O uso de plataformas digitais em contextos de diálogo e mediação acarreta novos desafios, especialmente relacionados à violência digital, à exposição não autorizada, ao assédio e à desinformação dirigida a mulheres mediadoras. Este eixo busca desenvolver protocolos de proteção digital, alfabetização tecnológica com enfoque de gênero e estratégias regionais para mitigar os impactos da violência on-line sobre a participação pública das mulheres.



### 3. Novas masculinidades

Incorporar o enfoque de novas masculinidades nos processos de paz implica trabalhar com atores-chave, incluindo homens em espaços de liderança institucional e comunitária, para transformar padrões de poder, autoritarismo e exclusão que persistem na cultura organizacional e nos contextos de segurança. Este eixo busca gerar processos formativos, espaços de reflexão coletiva e marcos normativos que promovam relações mais equitativas, respeitadas e colaborativas em todos os níveis.

Em conjunto, estes achados refletem uma oportunidade para fortalecer a participação substantiva das mulheres mediadoras na região desde uma perspectiva integral, inclusiva e sustentável. A construção de uma Agenda Regional não busca homogeneizar as experiências nacionais, mas potencializar as capacidades existentes, fomentar a cooperação técnica e promover o intercâmbio de boas práticas em um marco de respeito à soberania e às particularidades institucionais de cada país. Nesse sentido, avançar rumo a uma mediação com enfoque de gênero, sensível aos cuidados, ao ambiente digital e à transformação das relações de poder, representa uma aposta coletiva para a consolidação das metas e objetivos estabelecidos na Agenda de Mulheres, Paz e Segurança.

**Incorporar o enfoque de novas masculinidades nos processos de paz implica trabalhar com atores-chave, incluindo homens em espaços de liderança institucional e comunitária, para transformar padrões de poder, autoritarismo e exclusão que persistem na cultura organizacional e nos contextos de segurança.**



The background is a solid teal color with a subtle gradient. There are several white, thin, abstract line drawings scattered across the page. One prominent line starts from the top left, curves across the top, loops down to enclose the number '8.', and then continues to curve towards the right. Another line starts from the bottom left, curves across the bottom, and loops up to enclose the word 'Conclusões'.

8.

# Conclusões

Este relatório evidencia que a participação das mulheres nos processos de mediação e construção da paz continua sendo limitada, não totalmente reconhecida e, com frequência, parece surgir de maneira simbólica, mesmo em contextos onde existem compromissos normativos que formalizam sua inclusão. As estruturas institucionais, diplomáticas e multilaterais nem sempre oferecem condições que permitam uma participação sustentada nem reconhecem de forma adequada as trajetórias diversas das mulheres mediadoras, particularmente aquelas que atuam a partir de espaços comunitários, territoriais ou fora dos marcos formais.

Apesar destas limitações, as experiências recolhidas dão conta de um acervo metodológico e político sólido, acumulado ao longo do tempo por mulheres que têm trabalhado a partir da mediação e da construção da paz em diferentes níveis. Estas práticas incorporam elementos como a escuta ativa, o trabalho relacional, a contenção emocional, a abordagem territorial, o diálogo entre atores diversos, a conciliação, a criação e sustentação de lógicas para a construção de acordos, bem como o trabalho com multiposicionalidades, a tradução e a gestão horizontal dos processos. Estas metodologias constituem abordagens estratégicas, centrais e estruturais que têm contribuído para sustentar dinâmicas de diálogo em contextos marcados pela fragmentação e pela desconfiança.

Da mesma forma, as entrevistas permitem identificar que a mediação impulsionada a partir de enfoques interseccionais e comunitários transborda os marcos tradicionais da negociação de paz, ao incluir dimensões nem sempre reconhecidas nos desenhos institucionais. Essas experiências trabalham a partir da reconstrução de vínculos, da memória coletiva e estratégica, da participação a partir do cotidiano e da ativação de saberes não formais. Nesse sentido, questionam a centralidade das mesas formais como único espaço legítimo e ampliam a compreensão do que significa mediar, construir a paz e consolidar a paz a partir de uma perspectiva situada e multirreferencial.

As práticas interseccionais aqui documentadas não demandam inclusão simbólica nem ajustes superficiais, mas exigem uma reconfiguração profunda dos marcos conceituais, operativos e políticos a partir dos quais se entende e se

**Apesar destas limitações, as experiências recolhidas dão conta de um acervo metodológico e político sólido, acumulado ao longo do tempo por mulheres que têm trabalhado a partir da mediação e da construção da paz em diferentes níveis.**

implementa a mediação. Nesse sentido, os achados não buscam estabelecer prescrições uniformes nem substituir os marcos nacionais existentes, mas oferecer uma base comum para o diálogo e a cooperação entre atores estatais, multilaterais e da sociedade civil. Reconhecer o valor estratégico da mediação exercida por mulheres implica fortalecer os mecanismos institucionais que garantam sua segurança, visibilidade e participação substantiva, em condições de respeito à diversidade de contextos e soberanias. A construção de paz na Ibero-América requer, mais do que nunca, um compromisso compartilhado para que esses saberes e experiências se traduzam em políticas sustentáveis, inclusivas e transformadoras, capazes de consolidar uma região onde a mediação com enfoque de gênero seja entendida não como exceção, mas como princípio.





9.

# Glossário<sup>6</sup>



Conceito	Definição	Fontes
<p><b>Construção de Paz</b></p>	<p>Conjunto de ações e medidas concebidas para identificar, reduzir e transformar as dinâmicas e os fatores de conflitualidade, de modo a reduzir o risco de que surjam ou se intensifiquem conflitos.</p> <p>O presente documento utiliza o conceito de construção da paz, mais próximo do conceito de sustentação da paz das Nações Unidas, a saber, um processo para construir uma visão comum de uma sociedade, assegurando que sejam consideradas as necessidades de todos os setores da população, que permita lançar as bases para a prevenção e a transformação da conflitualidade que possa vir a ocorrer. Aborda as causas profundas, buscando a reconciliação nacional e avançando em direção à recuperação, à reconstrução e ao desenvolvimento. Deve-se salientar que sustentar a paz é uma tarefa e uma responsabilidade compartilhada que devem ser exercidas pelo Governo e por todos os demais atores nacionais interessados. Por isso, é importante não confundi-lo com o conceito de consolidação da paz, que se refere a esforços voltados a prevenir o início, a repetição ou a continuação de um conflito armado, e que abrange uma ampla gama de programas e mecanismos políticos, de desenvolvimento, humanitários e de direitos humanos.</p>	<p><a href="#">Link</a></p>
<p><b>Consolidação de Paz</b></p>	<p>Esforços destinados a prevenir o início, a repetição ou a continuidade de um conflito armado, que abrangem uma ampla gama de programas e mecanismos políticos, de desenvolvimento, humanitários e de direitos humanos.</p>	<p><a href="#">Link</a></p>

Conceito	Definição	Fontes
<b>Territorialidade</b>	Entende-se como um processo de construção social do entorno, impulsionado pela interação entre as características geofísicas, as iniciativas individuais e coletivas de distintos atores e a operação das forças econômicas, tecnológicas, sociopolíticas, culturais e ambientais no território.	<a href="#">Link</a>
<b>Conflitividade</b>	A conflitividade refere-se a conflitos que se concentram em fatores socioeconômicos, político-institucionais e culturais, envolve movimentos e organizações tradicionais (sindicatos, organizações camponesas, trabalhadores informais, movimentos políticos, etc.) e novos atores sociais, que em ocasiões mostram uma forte implantação territorial (por exemplo, povos indígenas, trabalhadores precarizados ou informais, mulheres, jovens, grupos ecologistas, organizações não governamentais, etc.).	<a href="#">Link</a>

<sup>6</sup> Glossário preparado pela Direção-Geral das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores do Governo do México.



A decorative white line graphic consisting of several overlapping, flowing curves that create a sense of movement and depth against the teal background. One prominent loop is centered around the number '10.'. Another curve starts from the top left and arches across the top. A third curve starts from the bottom left and arches towards the bottom right. A fourth curve starts from the bottom right and loops back towards the center.

10.

# Diretório da presidência da RIMM

## Secretaria de Relações Exteriores

Subsecretaria para Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos,  
[Enrique Ochoa Martínez](#)

Direção Geral para a Organização das Nações Unidas,  
[Eduardo Alcibiades Sánchez Kiesslich](#)

Coordenação de Assuntos Políticos e Manutenção da Paz,  
[Liliana Padilla Rodríguez](#)

Direção para a Manutenção da Paz,  
[Ífigenia Argueta Sánchez](#)

Especialista em Estratégias em Matéria de Paz e Segurança Internacionais,  
[Héctor Martínez Ruiz](#)

Analista para a Manutenção da Paz,  
[Jhoali Valdez Sánchez](#)

## Secretaria das Mulheres

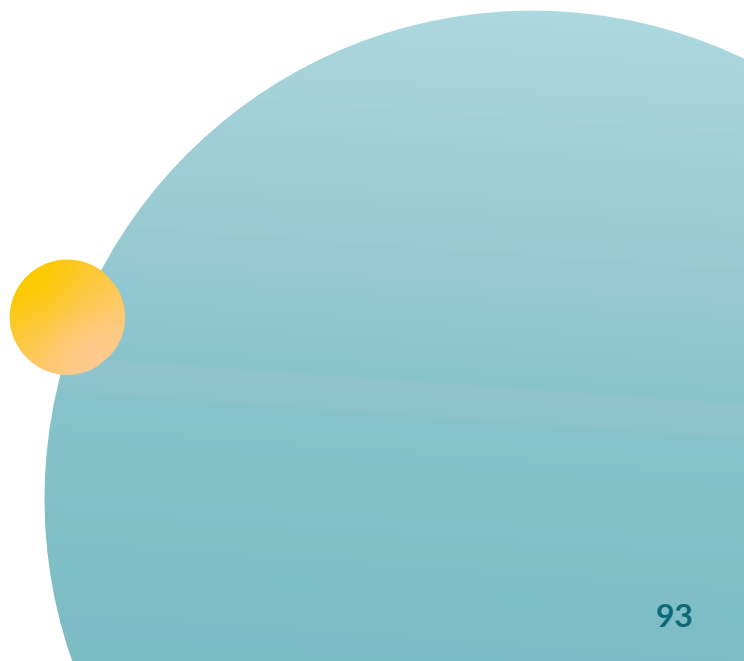
Coordenação-Geral de Vinculação e Acompanhamento  
[Viridiana Lorelei Hernández Rivera](#)

Direção Geral de Cooperação Técnica,  
[Gabriela Rivadeneira Burbano](#)

Diretoria de Política Internacional Feminista e Cooperação Internacional  
[Daniela Pacheco Martínez](#)

Subdireção de Aliança e Cooperação,  
[Claudia Serna Hernández](#)

Departamento de Seguimento de Alianças e Cooperação,  
[Karen García Cruz](#)





The background is a solid teal color with a gradient from dark to light. There are several white, abstract, flowing lines that create a sense of movement and depth. One line starts from the top left, curves across the top, and then loops back down. Another line starts from the bottom left, curves across the bottom, and then loops back up. A third line starts from the right side, loops back, and then curves down. The number '11.' is centered within a small, teardrop-shaped white outline.

11.

# Semelhanças especialistas



## 11. Semelhanças especialistas

### **Acabal del Cid Sonia Azucena (Guatemala)**

Integrante da Rede de Não Violência contra as Mulheres, do Grupo Guatemalteco de Mulheres, do Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher–Guatemala, Rede Nacional de Defensoras de Direitos Humanos da Guatemala. Participante na elaboração de políticas e planos nacionais sobre equidade, violência contra as mulheres e pessoas defensoras de Direitos Humanos, integrou o Mecanismo Interinstitucional de Acompanhamento da CEDAW, integrante da Rede de Mulheres em Prisão, Rede de Mulheres Unidas e é ponto nodal para a Guatemala.

### **Dolce de Faria Vanessa (Brasil)**

Embaixadora de carreira, desde 2023 é a Alta Representante para Temas de Gênero do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Na Presidência da República, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assim como no Itamaraty, ocupou cargos de chefe de gabinete, coordenação executiva e assessoria, incluindo áreas de especialização em Participação Social e Diversidade, África e Propriedade Intelectual. Palestrante e autora sobre participação social e política externa, mulheres na diplomacia e política externa feminista.

### **Flores Solomayo Segundina (Bolívia)**

Ativista e lutadora pelos direitos das mulheres, sindicalista, dirigente social e política. Ex-secretária Executiva da Confederação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas Originárias da Bolívia “Bartolina Sisa” e ex-deputada pelo departamento de Santa Cruz na Assembleia Legislativa Plurinacional da Bolívia. Embaixadora do Estado Plurinacional da Bolívia na República do Equador.

### **Gago Jiménez Gladys (Peru)**

Coordenadora setorial na Secretaria de Gestão Social e Diálogo da Presidência do Conselho de Ministros. Especialista em prevenção e gestão de conflitos sociais com enfoque de gênero, interculturalidade e desenvolvimento territorial. Reconhecida como Boa Prática em Gestão Pública 2023 na promoção da participação significativa de mulheres em processos de diálogo e no atendimento de conflitos sociais. Participante da equipe responsável pela elaboração do projeto de Guia Metodológico para promover a participação significativa das mulheres, como documento orientador para os diferentes níveis de governo.

### **González Bustelo Mabel (Espanha)**

Especialista e assessora em mediação, negociação e resolução de conflitos, com experiência em processos de mediação em conflitos armados e sociopolíticos em Track I e Track II. Trabalhou seis anos no Centro Norueguês para a Resolução de Conflitos (NOREF), de onde participou de esforços de diálogo na Venezuela e apoiou processos na Colômbia. É assessora sênior do Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária (IECAH) e foi Fellow da Global South Unit for Mediation no Brasil. Ministra formação especializada em mediação na Escola Diplomática da Espanha e em outras instituições.

### **González Hernández Helietta (México)**

Integrante do Serviço Exterior Mexicano. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Nacional Autônoma do México e mestra em Direitos Humanos pela Universidade de Londres. Conta com ampla experiência em direitos humanos, direitos das mulheres, igualdade de gênero e processos de paz na América Latina e no Caribe. Desde 2023 é Garante Adjunta do México junto à Mesa de Diálogos de Paz entre a Colômbia e o Exército de Libertação Nacional, sendo a primeira mulher diplomata mexicana designada para participar de um processo formal de mediação.

### **Lepe Sánchez Diana (México)**

Diretora Executiva de Serviços e Assessoria para a Paz (SERAPAZ), organização civil sem fins lucrativos que presta serviços para a paz, a justiça e a dignidade, com acompanhamento e fortalecimento de atores sociais organizados, articulando processos e iniciativas locais para a transformação positiva dos conflitos vividos. Integrante da Rede Latino-Americana de Mulheres, Paz e Segurança, com experiência em trabalho territorial, com povos e comunidades indígenas, vítimas de desaparecimento forçado e por particulares, e na análise de movimentos, lutas e processos sociais no México.

### **Lima Costa Larissa (Brasil)**

Assessora da Secretaria-Geral de Relações Exteriores do Brasil. Integrante do Serviço Exterior Brasileiro desde 2009. Mestra em Relações Internacionais com enfoque em Resolução Amistosa de Controvérsias. Candidata a uma licença nacional como mediadora profissional. Conta com sólida formação em mediação por Harvard, UNITAR e o Instituto de Pesquisa para a Paz de Oslo.

**Martínez Franchi Noelia (Uruguai)**

Ministra-Conselheira da Embaixada do Uruguai no México. Conta com ampla experiência na agenda Mulher, Paz e Segurança. Como ex-diretora para Assuntos Multilaterais da Chancelaria do Uruguai, desempenhou um papel ativo e coordenador na elaboração do Primeiro Plano Nacional de Ação – Mulher, Paz e Segurança e foi fundamental na incorporação do Uruguai nas diversas redes de mulheres mediadoras em nível regional e mundial.

**Moreno Múnera María Camila (Colômbia)**

Antropóloga, mestra em Planejamento do Território. Conta com mais de 30 anos de experiência profissional, nacional e internacional, em direitos humanos, direito internacional humanitário, processos de paz, DDR e justiça transicional. É diretora do Centro Internacional para a Justiça Transicional na Colômbia desde 2012. Delegada na equipe negociadora do Governo com a Segunda Marquetalia.

**Ortega Ventura Isabel (Bolívia)**

Indígena aimará-quíchua, nascida na comunidade de Ventilla Pongo, no departamento de Oruro. Política que, desde muito jovem, participou de processos nacionais como o fortalecimento da Central Operária Boliviana. Fundadora da Confederação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas Originárias da Bolívia “Bartolina Sisa”. Ex-senadora suplente na Assembleia Legislativa, ex-vice-ministra de Justiça Indígena Originária Camponesa e mediadora na resolução de conflitos do tecido social comunitário.

**Rentería Lozano Nigeria (Colômbia)**

Advogada pela Universidade La Gran Colombia, especialista em Direito Contencioso Administrativo. Com mais de 24 anos no serviço público, liderou iniciativas em defesa dos direitos humanos, da equidade de gênero, da inclusão étnica e da paz territorial. Foi Alta Conselheira Presidencial para a Equidade da Mulher, Delegada Plenipotenciária nos diálogos de paz com as FARC-EP e Diretora Regional do ICBF no Chocó. Hoje, como Secretária de Paz e Cultura Cidadã de Cali, impulsiona o diálogo, a convivência e a reconciliação, articulando diferentes setores para construir uma cidade onde a paz e o respeito orientem a vida cotidiana.

**Rodríguez Puntigliano Valeria (Uruguai)**

Capitã de Fragata da Armada Nacional da República Oriental do Uruguai. Ajudante de ordens da Vice-Presidente da República e instrutora no Projeto Elsie «Forças Armadas do Uruguai». Participou da Missão Operativa de Paz na República Democrática do Congo (MONUSCO) como Oficial de Estado-Maior. Ex-coordenadora Geral da Área de Operações no Estado-Maior das Nações Unidas em Goma e Ponto Focal em Gênero na Área de Operações.

**Santana Nina Patricia Mariela (República Dominicana)**

Advogada, litigante, consultora, assessora legislativa, docente universitária e defensora de direitos humanos, especialista em Direito Constitucional, Administrativo, Judicial e Gênero. Pertence ao Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), ao Instituto Ibero-Americano de Direito Constitucional e à Rede de Advogadas da América Central e República Dominicana. Foi juíza do Poder Judiciário e assessora jurídica do Tribunal Constitucional. É a primeira mulher impulsionadora do litígio estratégico para a defesa de direitos humanos em seu país.

**Solís García María Eugenia (Guatemala)**

Advogada, tabeliã e professora universitária especializada em Direitos Humanos e Direito do Trabalho. Assessora do Procurador dos Direitos Humanos da Guatemala. Única latino-americana no Diretório de Iniciativas de Mulheres por uma Justiça de Gênero, onde contribui com a perspectiva feminista do Estatuto de Roma. Foi juíza ad hoc da Corte Interamericana de Direitos Humanos e perita especialista perante tribunais internacionais. Ex-secretária Executiva da Comissão Nacional para o Fortalecimento da Justiça.

**Valdivieso Santa María Ana Rosa (Peru)**

Embaixadora do Serviço Diplomático da República do Peru, com ampla trajetória acadêmica e profissional em relações internacionais e antropologia. Liderou iniciativas em direitos humanos, gestão de crises e prevenção de conflitos a partir de seus encargos no Ministério das Relações Exteriores do Peru, em embaixadas e representações diplomáticas em todo o mundo.



Secretaría General  
**Iberoamericana**

Secretaria-Geral  
**Ibero-Americana**

Com o apoio da:



**aecid**

Agencia Española  
de Cooperación Internacional  
para el Desarrollo